

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS
E O PRÉ - VESTIBULAR DA UFSC: AMPLIANDO O ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

ADÉTERSON DAVID DOS PASSOS CRISPIM

FLORIANÓPOLIS/SC

2011

ADÉTERSON DAVID DOS PASSOS CRISPIM

**O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS
E O PRÉ - VESTIBULAR DA UFSC: AMPLIANDO O ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Liliane Moser.

FLORIANÓPOLIS/SC

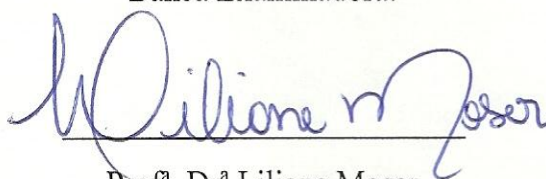
2011

Adéterson David dos Passos Crispim

**O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS
E O PRÉ - VESTIBULAR DA UFSC: AMPLIANDO O ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

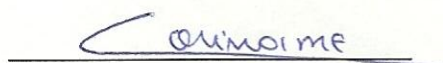
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social.

Banca Examinadora:



Prof.ª. Dr.ª Liliane Moser

Depto. Serviço Social UFSC - Orientadora



Corina Martins Espíndola

Assistente Social da UFSC – 1ª Examinadora



Prof.ª. Dr.ª. Eliete Cibele Cipriano Vaz

Depto. Serviço Social UFSC – 2ª Examinadora

*Dedico as minhas mães Rosineide e Anícia,
pelo apoio e incentivo.*

AGRADECIMENTOS

Um dia estava eu sentado ao lado de uma senhora que observava um grupo de alunos em direção à universidade, de repente ela virou-se e falou: “Eu acho tão bonito esses estudantes com mochilas nas costas indo para a faculdade”. Naquele momento pude notar como seus olhos brilhavam ao se deparar com esta realidade tão comum em Florianópolis, mas que para ela tinha outro sentido, o sentido do saber ler, escrever e ter uma profissão que não fosse ser dona de casa ou na sua atividade atual ser avó. Toda uma admiração por não ter tido essa mesma oportunidade. Então acho mais que justo de todas as pessoas que tenho que homenagear, a minha avó ser a primeira, Alice, mesmo nome que se chamaria minha irmã. Esta mulher guerreira e exemplo de superação e paciência, a você eu dedico todos os meus anos de estudo que passaram e os que ainda virão.

Minha vida sempre foi rodeada de mulheres, e não apenas simples mulheres, mas de exemplos, pessoas de garra, vencedoras, e acima de tudo aquelas que não desistem nunca. Uma delas em especial, minha mãe Rosineide, que me ensinou o verdadeiro sentido da educação e através da mesma me sustentou. Sendo professora, desde sempre, me educou para a vida e me deu a liberdade para a conquista de novos horizontes, está sempre ao meu lado mesmo distante, alguém que tenho uma ligação muito forte e que sem dúvidas é fundamental na minha vida, minha base, meu alicerce, agradeço por toda força, principalmente nos momentos de desânimos e que a vontade era de jogar tudo para o auto.

Quero agradecer a minha segunda mãe, amiga, companheira, confidente e heroína, tia Anícia, que me atura desde os 13 anos, quando saí de casa para morar com ela. Se minha mãe é a base da minha construção você se tornou as paredes de minha vida, a amizade é um verdadeiro tesouro e somando o fato de ser minha tia, me considero um verdadeiro vencedor e invejado por muitos. Agradeço-te profundamente, e tenho certeza que nossa história ainda tem muito “pano pra manga”.

Ao meu pai Ruidinei, por ter sido responsável pela minha entrada na UFSC, pois graças ao incentivo financeiro paguei a inscrição para o vestibular de 2007 e passei de primeira. Meu herói se tratando de superação. Te amo sem barreiras e empecilhos sociais.

Aos meus irmãos Junior e Matheus, por estarem sempre dispostos a me aturar e por demonstrar orgulho e amor pela minha pessoa, dois seres que amo incondicionalmente e que com certeza nunca irei desamparar. E o meu bebê Vinícius que não vivo sem e que me alegra

todos os dias com a inocência da infância. Essenciais no meu caminhar e que procuro sempre proteger mesmo distante.

A minha tia Adelícia, por ter me incentivado em muitos momentos de minha caminhada, e que eu levo como exemplo frente a educação pois demonstra o amor por esta área. Pessoa ao qual eu amo e me faz falta, alguém que me traz recordações de minha infância.

Aos meus tios Harlei que cito em especial por ter feito parte de minha vida sempre, Leandro que nunca me deixava esquecer o horário das aulas e por me aturar diariamente, Paulo um grande incentivador de tudo que eu faço e tio George pelo respeito e admiração.

Minhas tias Jane, Joice, Rosângela, Rosicléia, Rosiene exemplos de mulheres, que como minha mãe são vencedoras, e as quais eu amo estar junto, para rir, festejar e até mesmo chorar.

Representando todos os primos e primas, agradeço em especial a Regiane, Elizabete e Manoela, pois foram elas que estiveram presentes em todos esses anos de graduação comigo, e puderam sentir um pouco de meus desesperos e vitórias. Obrigado por serem minhas irmãs em todos os momentos.

Aos amigos de trabalho, Cristina, Ricardo, que aturaram minhas indignações quanto ao sistema de exploração capitalista em relação a força de trabalho barata. Destacando minha sempre Kamila, que está no mesmo percurso que eu e será sem dúvidas uma ótima assistente social.

Aos amigos em geral, sem citar nomes, que de alguma forma contribuíram para minha formação social, aqueles que sem dúvidas posso contar em todos os momentos, principalmente para festas. Destaco em especial minha amiga Janaína, que completa meus dias com atenção, amor, cumplicidade, ciúmes e diversão, e que sofreu muito com minha ausência em tempos de TCC.

Aos meus amigos da graduação, citando em especial Marinês que contribui em bibliografias para meu trabalho e pela sua amizade incondicional de sempre. A Luciane pela sua alegria e positividade, Évelin por ser presente mesmo distante, Samara por estar sempre do meu lado até nas aulas de plantas e Adelson que conseguiu aturar toda esta “tropa de elite”, pessoas que levarei eternamente comigo, e caso nossos caminhos não se cruzem mais, serão lembranças boas de uma época sem igual. Meus companheiros de sempre e que aturaram minhas variações de humor e principalmente minha “hiperatividade”.

Aos professores, em especial, Liliane por ter colaborado para a construção deste TCC e ter enriquecido meu conhecimento, Eliete por ter demonstrado sempre seu carinho e simpatia comigo. E a todos que me presentearam com o saber, fortalecendo minha graduação e meu conhecimento e que espero poder levar um pouco de cada um em meu exercer profissional.

A Corina, por ter depositado sua confiança, escolhendo-me para fazer parte de seu grupo de trabalho. Agradeço em especial pela amizade e atenção. Será sempre a Córnis do meu Coração.

As minhas amigas Luciana e Daniela, que sofreram comigo a cada envelope aberto, a cada contagem de inscrições, a cada digitação de cartão respostas, a tantas “buropapelcracias”. Principalmente pela amizade sincera e verdadeira, duas pessoas que irão fazer falta em minhas tardes. Como ficarei sem nossos cantos de pássaros?

Enfim a UFSC, por ser uma instituição conceituada e que busca colocar em prática sua missão, tendo em vista a busca da qualidade educacional e social. E a todas as pessoas que participaram direta e indiretamente desse meu processo de formação, peço que Deus, esta força que eu agradeço todos os dias, possa fortificar a todos.

“Não tomar posse de seu plano de vida é
deixar sua existência ser um acidente”

(YALOM, I. D. Quando Nietzsche chorou, 2005)

CRISPIM, Adétersom David dos Passos. **O Programa de Ações Afirmativas e o Pré-Vestibular da UFSC: Ampliando o Acesso ao Ensino Superior no Estado de SC.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso, minha proposta foi apresentar as desigualdades existentes na esfera educacional, que são refletidas de acordo com o âmbito social, aspecto este tratado com políticas emergenciais e de inclusão, como é o caso das Ações Afirmativas. O que me levou a escolha do tema foi a realização de meu estágio no Programa de Ações Afirmativas (PAA) e Programa Pré-vestibular da UFSC, onde pude participar da seleção de candidatos ao curso de Pré-vestibular para o ano de 2011. Busquei relatar as dificuldades encontradas pelos alunos oriundos dos meios populares em relação ao acesso a universidade pública, distante de muitos cidadãos que ainda sonham em um dia frequentar este espaço elitista e meritocrático. O objetivo geral do TCC foi a análise do acesso ao Ensino Superior através do Programa de Ações Afirmativas em parceria com o Pré-Vestibular da UFSC. Os objetivos específicos foram apresentar as desigualdades existentes na esfera educacional e o seu enfrentamento através do PAA em parceria com o Pré-Vestibular da UFSC e destacar a relevância do Serviço Social na luta pela democratização do acesso ao ensino superior e construção da autonomia dos sujeitos. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica e a pesquisa documental de dados obtidos através do Pré-Vestibular da UFSC. Este trabalho se divide em três seções. A primeira contextualiza as Ações Afirmativas em um contexto histórico e expõe o início destes programas na rede educacional do Brasil, destacando a implantação do PAA na UFSC. A segunda seção aborda o processo que corresponde ao acesso a universidade, através do Pré-Vestibular da UFSC que tem como parceria o programa PAA, destacando o processo de seleção. Na terceira finalizo destacando a importância da profissão de Serviço Social no âmbito educacional, objetivando a construção da autonomia dos sujeitos frente a sua própria realidade, como construtores de seu meio. Destaco a situação atual da profissão de Serviço Social em relação ao campo educacional, onde tem sido realizadas grandes lutas para sua inserção.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Pré-Vestibular, Acesso ao Ensino Superior, Serviço Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Relação das unidades por região do Pré-vestibular da UFSC-SED.....	43
Mapa 2 – Unidades da Grande Florianópolis	43
Mapa 3 – Unidades do Vale do Itajaí	44
Mapa 4 – Unidades do Planalto Serrano	44
Mapa 5 – Unidades do Planalto Norte.....	45
Mapa 6 – Unidades do Oeste.....	45
Mapa 7 – Unidades da Região Sul	46
Mapa 8 – Cidades de Santa Catarina que possuem as unidades do Pré-Vestibular da UFSC.	47
Gráfico 1: Relação percentual de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia entre os anos de 2003 a 2010.	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de vagas preenchidas pelos candidatos/vagas do Vestibular de 2008.	26
Tabela 2- relação de candidatos deferidos e indeferidos por regiões	50
Tabela 3: Faixas de pontuação estabelecidas pela ABEP de classificação econômica e renda familiar por classes econômicas.	65
Tabela 4: Comparação entre a distribuição da sociedade brasileira por classes econômicas e dos estudantes nas Universidades Federais	66
Tabela 5: Percentual nacional de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia.....	66
Tabela 6: Percentual da região Norte de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia.....	67
Tabela 7: Percentual região Sul de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia.....	67
Tabela 8: Variação de estudantes em Universidades Federais por raça/etnia	69

LISTA DE SIGLAS

APUFSC - Associação dos Professores da UFSC

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPE - Coordenadoria de Apoio a Política Estudantil

CCS - Centro de Ciências da Saúde

COPERVE - Comissão Permanente do Vestibular

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CIP - Ciclo de Informação Profissional

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CPV - Cursos Pré-vestibulares

CoSS - Coordenadoria de Serviço Social

CSE - Centro Sócio-Econômico

CUn – Conselho Universitário

DAE- Departamento de Administração Escolar

DeAE - Departamento de Assuntos Estudantis

DIEs - Departamento de Integração Estudantil

DCE - Diretório Central de Estudantes

DEPEM - Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior

FAPEU - Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GT - Grupo de Trabalho

GTEGC - Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores da UFSC

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EEB - Escola de Educação Básica

IEE – Instituto Estadual de Educação

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais

LABUFSC - Laboratório de Informática da Universidade Federal de Santa Catarina

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação
NDI - Núcleo de Desenvolvimento Infantil
NEN- Núcleo de Estudos Negros
NPD - Núcleo de Processamento de Dados da UFSC
ONGs - Organizações Não Governamentais
PAA – Programa de Ações Afirmativas
PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PREG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROUNI - Programa Universidade para Todos
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RU - Restaurante Universitário
SED - Secretaria de Estado da Educação
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comercio
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIMUFSC- Simulado da Universidade federal de Santa Catarina
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UnB - Universidade de Brasília
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2. O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	18
2.1 As políticas de ação afirmativa.....	18
2.2 Ações afirmativas no contexto brasileiro	22
2.3 Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina.....	28
3. O PRÉ-VESTIBULAR E O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC.32	
3.1 A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas e as ações orientadoras.....	32
3.2 O acesso à universidade pelo PAA.....	33
3.3 O processo de divulgação nas escolas públicas.....	34
3.4 Pré-vestibulares Populares.....	36
3.5 O Pré-Vestibular da UFSC	38
3.5.1 Ampliação do Pré-Vestibular da UFSC no Estado de Santa Catarina	41
3.5.2 Processo seletivo	46
3.5.3 Realização da matrícula.....	51
3.5.4 Material didático e Projetos do Pré-Vestibular	52
4. UNIVERSIDADE NA ESFERA SOCIAL	54
4.1 Ensino Superior: espaço elitista e meritocrático	54
4.2 A Universidade como espaço de socialização.....	59
4.3 O Contexto educacional como medida de acesso ao trabalho.....	70
5. EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA	76
5.1 O Serviço Social e a Educação.....	76
5.2 Serviço Social e a Pedagogia da Autonomia.....	82
5.3 O trabalho do profissional de serviço social no PAA e Pré-vestibular da UFSC.....	85

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	100
ANEXO A – Resolução Normativa nº 008/CUn/2007, de 10 de julho de 2007.....	101
ANEXO B – LEI 16.683/2007	106

1 INTRODUÇÃO

A universidade é um espaço institucional onde se encontram diferentes formas de produção e circulação de conhecimentos, cultura, tecnologias em que se expressam diversas opiniões, atitudes, projetos científicos relacionados as divisões e contradições da sociedade em que está inserida.

Desde seu surgimento a universidade pública sempre foi uma instituição de caráter social e público, orientada pelo ideal de democratização do conhecimento nela produzido. Marilena Chauí (2003), afirma que a partir das revoluções sociais do século XX e de suas lutas sociais e políticas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como indispensáveis a cidadania. Fato este representado nos dias atuais pela Constituição de 1988, que coloca a “educação como direito do cidadão e dever do Estado”.

A universidade é uma instituição social que acompanha as mudanças e transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade. Mas com a reforma do Estado a universidade passou de instituição social para organização social. Neste aspecto se iniciou os embates conhecidos até hoje, como uma instituição que presta serviços a sociedade.

a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. (CHAUÍ, 2003, p.02)

Por este motivo cria-se a idéia de que a Universidade é um espaço da esfera pública e uma instituição social com obrigações historicamente definidas, que deve ter seu fundamento no princípio da igualdade, na garantia da equidade, em relação as oportunidades, sem nenhuma distinção de classe social, etnia, raça, religião, sexo, etc.

Motivo este me levou a pensar a situação atual de acesso ao ensino superior público de qualidade, principalmente em relação a este direito que deve ser garantido a população, mas que infelizmente faz com que estes indivíduos acabem ficando as margens desta realidade.

A Universidade Federal de Santa Catarina cuja missão está fundamentada na defesa da qualidade de vida e na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e democrática, tem como meta a implementação de políticas que visem o acesso às

oportunidades e serviços, objetivando reduzir as desigualdades sociais e diminuir as diversas formas de discriminação. Exemplo o Programa de Ações Afirmativas – PAA implantado desde 2008.

Este trabalho tem como objetivo a análise do acesso ao ensino superior através do Programa de Ações Afirmativas juntamente com o Pré-Vestibular da UFSC, apresentando as desigualdades existentes na esfera educacional, levando em consideração o processo de inserção do Serviço Social no sistema educacional e na construção da autonomia dos sujeitos.

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica e a pesquisa documental de dados obtidos através do Pré-Vestibular da UFSC.

O processo metodológico deste Trabalho de Conclusão de Curso foi realizado através de pesquisa bibliográfica em livros, monografias, dissertações, teses, artigos, informações contidas na internet e documentos institucionais, que permitiram um conhecimento mais abrangente sobre o assunto, contribuindo para a construção deste trabalho.

O pesquisador não tem um conhecimento de primeira mão da esfera da vida social que se propõe estudar. Raramente é um participante nessa esfera e em geral não está em contato estreito com as ações e experiências das pessoas nela envolvidas. Sua posição é quase sempre a de um intruso; como tal, ele está evidentemente limitado no conhecimento simples do que se passa na esfera da vida em questão. (BECKER, 2007, p. 29-30)

Através do estágio obrigatório I e II realizado junto ao PAA e ao Pré-Vestibular surgiu o interesse pelo assunto, mais precisamente na seleção de 2011 para o curso Pré-Vestibular da UFSC, onde acompanhei as tramas que constituem a seleção através da situação socioeconômica em relação ao acesso a universidade. É neste cenário de desigualdades e principalmente de seletividade, que destaco as políticas inclusivas compensatórias, conhecidas como ações afirmativas, que junto ao curso pré-vestibular vem trazer novas possibilidades aos estudantes sem acesso ao ensino superior. Tendo como objetivo compensar décadas de exclusão e corrigir as falhas das políticas universalistas, equilibrando esta balança social, que prioriza e favorece grupos hegemônicos.

O trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira abordo a trajetória de implementação das Políticas de Ações Afirmativas no contexto mundial, que possui suas bases nos Estados Unidos entre os anos de 1950 e 1960, tendo como primeira visão a promoção de cotas, obtendo mais tarde a alteração deste conceito (no início da década de 70), estipulando a obrigatoriedade no cumprimento de cotas rígidas.

Em seguida é tratado do processo das Ações Afirmativas no contexto brasileiro e toda a luta do povo afrodescendente juntamente com os órgãos de direito na implantação da mesma como política, tendo o caráter de instrumento de correção das desigualdades originadas por discriminações e conceitos negativos historicamente construídos. Neste contexto brasileiro, trabalho a implantação do sistema de cotas nas universidades como a UnB, em especial na UFSC através da Resolução Normativa Nº 008/CUn/2007, que implementa seu Programa de Ações Afirmativas (PAA), como uma política de ampliação do acesso aos cursos de graduação amparada em ações de estímulo à permanência dos ingressos na Universidade.

Na segunda seção apresento a estrutura do PAA e suas ações orientadoras, como ocorre o processo de divulgação dos programas da UFSC, em especial das Ações Afirmativas e o Pré-Vestibular. Nesta mesma seção destaco o Programa Pré-vestibular, umas das ações de viabilização do acesso aos cursos da graduação da UFSC, oferecido pela própria universidade, apresentando seu histórico, sua implementação, sua divulgação e ampliação por todo o Estado através da parceria com Secretaria de Estado da Educação, e o processo que os alunos passam para acessar este programa.

Na terceira seção abordo a questão interna da universidade tratando do contexto que vem impregnado na história de nosso país, no qual o ensino sempre foi destinado às classes economicamente favorecidas, tornando-se um espaço elitista e meritocrático. Destaco a questão da universidade como espaço de socialização e de manutenção dos mínimos necessários para a permanência do aluno na instituição. Apresento a relação de alunos divididos por classes econômicas, para poder apresentar o quadro atual de graduandos nas universidades, destacando a desigualdade, e como este quadro vem se alterando nos últimos anos devido a implantação das políticas de ação afirmativa. Não esquecendo uma questão importante, os reflexos do sistema capitalista no sistema educacional.

Para encerrar na quarta seção destaco a profissão de Serviço Social na área educacional e suas dificuldades de inserção neste espaço e suas especificidades em relação ao trabalho a ser desempenhado. Destaco a autora Sarita Amaro, que traz sua relevância quanto ao tema da inserção do Serviço Social na educação e Paulo Freire que trabalha a questão da autonomia dos sujeitos em relação a inserção cultural de cada indivíduo. Trato ainda da questão da autonomia dos sujeitos, construída e alicerçada no âmbito cultural, político, social e econômico desses indivíduos. Finalizando a seção, trato do trabalho do assistente social no Programa de Ações Afirmativas e no Pré-Vestibular.

Por fim, apresento as considerações finais, em que destaco a importância dos programas de inclusão no ensino superior e a importância dos mesmos no contexto da UFSC e para o Serviço Social.

2. O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

2.1 As políticas de ação afirmativa

As ações afirmativas possuem suas bases históricas nos Estados Unidos, onde segundo Medeiros (2004), a expressão “ação afirmativa” possui data de nascimento e paternidade reconhecida. Seu surgimento foi em 06 de março de 1961 neste país que é considerado a maior economia do mundo, quando o presidente John F. Kennedy assinou a Ordem Executiva (*Executive Order*) nº 10.925¹. A Ordem determinava que as empresas interessadas em celebrar contratos com a administração pública, atuassem na promoção da diversidade e da igualdade na composição de seu corpo de empregados. As empresas contratadas por entidades públicas ficavam obrigadas a adotar “uma ação afirmativa com o objetivo de fazer crescer a contratação dos grupos que eram considerados minorias, desiguais socialmente, e por extensão, juridicamente” (ATCHABAHIAN, 2006, p. 167).

Este termo Ação Afirmativa é tradução da expressão criada pelo Presidente John Fitzgerald Kennedy em 1963, como forma de indicar uma necessidade de enfrentamento da segregação racial e promover a igualdade entre negros e brancos nos Estados Unidos dos anos 1950 e 1960 (AMARO, 2005). Esse pioneirismo colaborou para o início da mudança na postura do Estado, que anteriormente ignorava a importância de fatores como raça, cor, sexo e origem nacional.

Inicialmente, as ações afirmativas se definiam como um mero “encorajamento” por parte do Estado a que as pessoas com poder decisório nas áreas públicas e privadas levassem em consideração, nas suas decisões relativas a temas sensíveis como o acesso à educação e ao mercado de trabalho, fatores até então tido como formalmente irrelevantes pela grande maioria dos responsáveis políticos e empresariais, quais sejam, a raça, a cor, o sexo e a origem nacional das pessoas. Tal encorajamento tinha por meta, stituittanto quanto possível, ver concretizado o ideal de que tanto as escolas quanto as empresas refletissem em sua composição a

¹ A Executive Order estabelece que “o contratante não discriminará nenhum funcionário ou candidato a emprego devido à raça, credo, cor ou nacionalidade. O contratante adotará ação afirmativa para assegurar que os candidatos sejam empregados, como também tratados durante o emprego, sem consideração a sua raça, seu credo, sua cor ou nacionalidade” (MENEZES, 2001 apud SANTO, 2008, p. 46).

representação de cada grupo na sociedade ou no respectivo mercado de trabalho (GOMES, 2001, p. 39).

É no início da década de 70, que se altera o conceito de ação afirmativa, e passa a ser vinculado à idéia de realização da igualdade de oportunidade através da obrigatoriedade no cumprimento de cotas rígidas de acesso de representantes das minorias a determinadas instituições educacionais e setores do mercado de trabalho (GOMES, 2001).

Este foi o início das políticas de ação afirmativa, que veio através dos tempos ganhando novas formas, se moldando de acordo com as necessidades impostas pelo contexto da realidade atual. Na atualidade o mais conhecido é o sistema de cotas, que objetiva determinar um número ou percentual de ocupação em algumas áreas específicas de acordo com grupos definidos. É nesta perspectiva que essas políticas buscam amenizar e superar atrasos históricos.

Hoje podemos considerar as ações afirmativas como um conjunto de políticas públicas ou privadas, que visam corrigir situações de direitos negados ao longo da história e que procuram garantir a equidade em relação a oportunidade e tratamento entre os indivíduos ou grupos socialmente discriminados, tendo como objetivo a ampliação das ações de inclusão social buscando a efetivação de direitos anteriormente negados. Segundo Atchabahian (2006), essas medidas colaboram em prol dos indivíduos que tenham sofrido discriminações ou injustiças históricas, oferecendo-lhes as mesmas condições de “competição”.

Seguindo este pensamento a ação afirmativa pode ser considerada uma “ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade” (MOEHLECKE, 2002, p. 203), fatores estes representados pela ordem econômica, social, política e cultural. Enquanto política compensatória, que procura reverter uma condição imposta por um passado discriminatório, a ação afirmativa cumpre uma finalidade pública determinada a cumprir o projeto democrático, afirmando a diversidade e a pluralidade social (PIOVESAN, 2005).

Barbara Bergmann define as políticas de ação afirmativa como:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos – em determinados empregos e escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posição executivas unicamente homens brancos. Ações afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários de encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente. (1996, p. 7)

A ação afirmativa se define como medidas designadas a corrigir situações de desigualdade quanto a oportunidades sociais. Em seu contexto atingem escalas ligadas a características biológicas se tratando da raça e sexo ou sociológicas no caso da etnia e religião, formas essas que determinam a identidade dos grupos sociais. Políticas específicas que procuram colocar em prática o direito constitucional, baseado no princípio da igualdade, segundo a constituição de 1988, no prisma jurídico. “A ação afirmativa entende a igualdade de oportunidades como fundamento, de modo que utiliza o tratamento diferenciado como forma de restituir a igualdade de oportunidades de grupos discriminados e promover sua integração social” (SANTOS, 2008, p. 49).

Na compreensão de Amaro,

Entende-se por ação afirmativa qualquer política que, operando com o critério de discriminação positiva, vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivos de sua raça, religião, sexo e etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais. Isso implica a formulação de políticas abertamente não universais, visando beneficiar de forma diferenciada grupos discriminados de modo a permitir que, no médio e longo prazo, eles possam alcançar condições econômicas e sociais e culturais equânimes. (2005, p. 74)

Os indivíduos que sofrem os estigmas da marginalização acabam por ser o foco dessas ações ou políticas reparatórias, onde o objetivo é equilibrar esta balança social, que prioriza e favorece grupos hegemônicos, quando o assunto é acesso aos bens sociais, tendo em vista os princípios de igualdade e equidade. “Para as ações afirmativas, o termo “minorias” não guarda parâmetro com a quantidade, mas sim com a discriminação sofrida por certo grupo” (ATCHABAHIAN, 2006, p. 168).

O que colabora para que o cidadão esteja nesta situação de vulnerabilidade social, é seu contexto histórico, o meio ao qual ele faz parte, este que sofre as consequências principalmente quando se trata do fator socioeconômico. Nesta perspectiva, segundo Flávia Piovesan (2006), o direito a redistribuição requer medidas de enfrentamento da injustiça econômica, da marginalização e da desigualdade econômica, por meio da transformação nas estruturas socioeconômicas e da adoção de uma política de redistribuição.

Como relata Boaventura (2003, p.56) “Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos

descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”².

As ações afirmativas devem ser compreendidas como formas de prosperar, tendo como objetivo a transformação social, na perspectiva de criar uma nova realidade, em relação ao que esta posto. Superando o pensamento de que se trata de ações compensatórias no sentido de aliviar uma carga de um passado que teima ser lembrado quando o assunto é equilibrar a balança social.

A consolidação da igualdade de oportunidades é o foco de destaque pelas políticas de ação afirmativa, mas outro objetivo proposto é o de promover transformações de ordem cultural, psicológica e pedagógica, capazes de tirar do imaginário coletivo a idéia de subordinação e supremacia de uma raça em relação à outra e do homem em relação à mulher (GOMES, 2003).

A ação afirmativa, tendo suas bases nos Estados Unidos, acaba tomando outros rumos, assim por dizer outros países, principalmente da Europa Ocidental como na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros.

Moehlecke (2000) destaca que na Europa as primeiras ações encaminhadas, surgiram em 1976 e adquiriam a expressão de “ação ou discriminação positiva”. No ano de 1982 a discriminação positiva foi introduzida no primeiro “Programa de Ação para Igualdade de Oportunidades” da Comunidade Européia.

Na Índia que desde a Constituição de 1948, os *Dalits* ou *Intocáveis*, recebiam medidas especiais de promoção, no ensino superior, no funcionalismo público e no parlamento (reserva de assentos); na antiga União Soviética adotou-se um percentual de 4% de vagas para moradores da Sibéria na Universidade de Moscou; em Israel, os *Falashas*, judeus de origem etíope, são acolhidos por medidas especiais; na Alemanha e Nigéria existem ações afirmativas para mulheres; na Colômbia, para indígenas e no Canadá, para indígenas e mulheres, além de negros como as medidas existentes na África do Sul (SILVA, 2003).

A ação afirmativa está inserida nos países que possuem uma sociedade de caráter democrático, estes buscam a implementação do direito a igualdade, exemplo este do Brasil, no qual venho relatar a seguir. Mas para isso é necessário um trabalho em relação a discriminação que existe quanto as políticas compensatórias, estas que aceleram o ritmo da igualdade, sendo este um processo a ser construído. É necessário estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.

² Apud PIOVESAN, Flávia. *Discriminação*. In Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais. Org. Tribunal Superior do Trabalho. São Paulo: LTr, 2004, p. 336.

2.2 Ações afirmativas no contexto brasileiro

Este tema é um dos mais discutidos no campo das políticas públicas que durante muito tempo vem adotando uma perspectiva social. Chega em nossas terras carregado de diversidade com bases em outros países, onde teve origem.

Mas é nos anos 1990 que se tem início a este processo de mudança no perfil brasileiro, quando se amplia o debate sobre a questão racial. Fato este que se deu a partir do ano de 1968, quando o Ministério do Trabalho cria a lei que obriga empresas privadas a contratarem uma porcentagem de empregados negros. Mas não chegou a ser implementada.

Em 1983 houve a primeira formulação de um projeto de lei no sentido das ações afirmativas. O deputado federal Abdias Nascimento cria o projeto nº 1.332 que sugeria uma “ação compensatória” estabelecendo entre algumas de suas ações: reserva de vagas na seleção de candidatos ao serviço público, sendo 20% para mulheres negras e 20% para homens negros; incentivo às empresas do setor privado para eliminação da prática discriminatória racial; bolsas de estudos; introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil, entre outros. Embora o projeto não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional, prosseguiram as reivindicações (MOEHLECKE, 2002).

É na década de 90 que se tem um crescimento importante para as políticas de ação afirmativa. Um dos momentos marcantes é a legislação que visa resguardar os direitos das pessoas portadoras de deficiência física. Assim a Constituição Brasileira prevê em seu artigo 37 inciso III, a reserva de vagas para deficientes físicos na administração pública. “Nesse caso, a permissão constitucional para adoção de ações afirmativas em relação aos portadores de deficiência física é expressa” (GOMES, 2003, p. 44).

Mas é em 1995 que o presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhece o Brasil como sendo um país racista e programa um encontro que acontece no ano seguinte. Souza (1997) destaca esta reunião organizada pelo Ministério da Justiça em Brasília, onde um grupo de intelectuais brasileiros e norte-americanos, lideranças e ativistas negros, colocam em questão discussões quanto as “Ações Afirmativas e multiculturalismo”. Ninguém acreditava que em pouco mais de cinco anos, seria simplesmente a primeira reserva de vagas para negros em uma universidade pública e que, antes de completar o décimo aniversário daquele evento, tal política fosse se transformar numa diretriz do Ministério da Educação (GUIMARÃES, 2005, p. 1).

Outro grande destaque no ano de 1995 foi a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, esta foi organizada pelo movimento negro tendo o apoio de

entidades sindicais de trabalhadores. O documento da marcha “demanda do Estado à criação de condições efetivas para que todos possam se beneficiar da igualdade de oportunidades como condição de afirmação da democracia brasileira” (JACCOUD, 2009, p. 33).

As ações afirmativas no Brasil são visualizadas como um instrumento para corrigir desigualdades originadas por discriminações e conceitos negativos historicamente construídos. Essa visão ocorre no ano de 2001, em decorrência dos trabalhos preparatórios mobilizados para realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul. Segundo Piovesan (2008), as recomendações apresentadas pela Conferência de Durban, especialmente nos parágrafos 107 e 108, defendem a importância do Estado em adotar políticas de ações afirmativas, enquanto medidas especiais e compensatórias direcionadas para suavizar um passado discriminatório.

107. Destacamos a necessidade de se desenhar, promover e implementar em níveis nacional, regional e internacional, estratégias, programas, políticas e legislação adequadas, os quais possam incluir medidas positivas e especiais para um maior desenvolvimento social igualitário e para a realização de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, inclusive através do acesso mais efetivo às instituições políticas, jurídicas e administrativas, bem como a necessidade de se promover o acesso efetivo à justiça para garantir que os benefícios do desenvolvimento, da ciência e da tecnologia contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida para todos, sem discriminação;

108. Reconhecemos a necessidade de ser adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, lingüísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando a todos em igualdade de condições. Dentre estas medidas devem figurar outras medidas para o alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem exigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para igualdade de participação (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001).

Neste contexto coloca-se em destaque à responsabilidade do Estado frente ao combate desses preconceitos como a discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Contribuindo para colocar em destaque a importância do incentivo do Estado no desenvolvimento e elaboração dos planos de ação nacionais que promovam a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, oportunidades e participação para todos.

Através, dentre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas; estes planos devem visar à criação de condições necessárias para a participação efetiva de todos nas tomadas de decisão e o exercício dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais em todas as esferas da vida com base na não-discriminação. A Conferência Mundial incentiva os Estados que desenvolveram e elaboraram os planos de ação, para que estabeleçam e reforcem o diálogo com organizações não-governamentais para que elas sejam intimamente envolvidas na formulação, implementação e avaliação de políticas e de programas. (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001)

Com o incentivo e promoção da Conferência de Durban e sob a nova ótica do Estado e da sociedade, se assume no Brasil o novo compromisso de elaborar e executar políticas de combate ao racismo e toda sorte de discriminações (SILVÉRIO, 2005). Um exemplo é a criação do Programa Nacional de Ações Afirmativas através do Decreto Federal 4.228/02, que destaca as medidas de estímulo à inclusão de mulheres, afrodescendentes e portadores de deficiência, como critérios de pontuação em licitações que beneficiem fornecedores que confirmem desenvolver políticas combinantes com o programa.

Com o Decreto 4.886/03 de novembro de 2003, é instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) reconhecendo o compromisso de incentivar os diversos segmentos da sociedade e esferas governamentais na eliminação das desigualdades raciais no Brasil (ATCHABAHIAN, 2006). O Decreto considera que “para se romper com os limites da retórica e das declarações solenes é necessária a implementação de ações afirmativas, de igualdade de oportunidades, traduzidas por medidas tangíveis, concretas e articuladas³”

Objetivando um combate contra as discriminações e assim buscando a equidade e quem sabe eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, essas ações afirmativas buscam ter um caráter temporário, já que existem devido aos desequilíbrios sociais.

No Brasil a primeira instituição de ensino superior a adotar reserva de vagas de cotas raciais foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2003, a partir de uma lei aprovada na Assembléia Legislativa Estadual. Neste mesmo ano foram aprovadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Um ano depois, em junho de 2004, o sistema de cotas foi implantado pela Universidade de Brasília (UnB), sendo a primeira federal a instituir este sistema. Foi um diferencial, pois obteve uma articulação política entre professores do Departamento de Antropologia e a Secretaria da Igualdade Racial (SEPPIR). A implantação desta medida deu-

³ Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003.

se na sessão do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UnB, e foi presidida pelo vice-reitor Mullholland, sendo aberta por uma palestra da ministra Matilde Ribeiro, chefe da SEPPIR, e com a participação de ativistas de ONGs do movimento negro.

As discussões em pauta concentravam-se no plano elaborado pelos antropólogos José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, que reservava 20% das vagas para candidatos negros. Não estava prevista uma deliberação, mas a ministra e os autores do plano pressionaram por uma votação imediata, no que foram secundadas pelos ativistas presentes. No fim com 24 votos favoráveis, uma abstenção e apenas um voto divergente, o colegiado aprovou a implementação do sistema de cotas raciais. (MAGNOLI, 2009, p. 367 e 368).

A ação afirmativa fez parte do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da UnB e foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Esta mesma comissão que implantou as cotas para os negros, foi responsável pela ampliação do programa para os índios, sendo promulgada no dia 12 de março de 2004, através do convênio entre a UnB e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esta parceria garantia aos ingressos suporte quanto a moradia e apoio acadêmico para a permanência dos mesmos na instituição.

Os requisitos para o ingresso na UnB pelo Sistema de Cotas para Negros requerem que o candidato seja negro, de cor preta ou parda (mestiço de negros) e optar pelo sistema. O interessado deve obter, no mínimo:

- Nota maior que zero na prova de língua estrangeira;
- 10% da nota na prova de Linguagens e Códigos e Ciências Sociais;
- 10% da nota na prova de Ciências da Natureza e Matemática;
- 20% da nota no conjunto de provas;

Cerca de quinze dias após a aplicação das provas, os candidatos são chamados para entrevista pessoal, em quantidade de até duas vezes o número de vagas oferecidas por curso. É necessário apresentar documento original de identidade.

Depois da entrevista, o pedido de inscrição no sistema de cotas é analisado por uma banca composta de docentes, representantes de órgão de direitos humanos e de promoção da igualdade racial e militantes do movimento negro de Brasília.

No âmbito educacional iniciou-se uma mudança no quadro de vagas no ensino superior. E foi com a Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que se instituiu o Sistema de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior. Projeto este, tema de grandes discussões, não somente no campo acadêmico como também no cenário político, fato este que ainda causa grandes divisões de opinião, trazendo à tona a questão da discriminação, do preconceito.

O primeiro vestibular da UFSC que teve a inclusão da política de cotas foi do ano de 2007, e no ano seguinte pode-se notar a reação que provocou este sistema demonstrando as desigualdades na concorrência e na avaliação entre os candidatos cotistas e não cotistas. A tabela 1 abaixo demonstra a alteração que houve no quadro de candidatos a vagas em alguns cursos no vestibular de 2008 na UFSC.

Tabela 1: Relação de vagas preenchidas pelos candidatos/vagas do Vestibular de 2008.

Relação Geral		Candidatos sem sistema de cotas		Candidatos de Escola Pública	
Administração	6.19	Administração	1.00	Administração	3.78
Direito	14.74	Direito	2.13	Direito	6.25
Eng. Mecânica	11.19	Eng. Mecânica	0.60	Eng. Mecânica	6.75
Jornalismo	11.88	Jornalismo	1.50	Jornalismo	9.75
Medicina	40.75	Medicina	6.30	Medicina	19.05
Serviço social	2.01	Serviço Social	0.75	Serviço Social	3.31

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina

No ano de 2008 a Deputada Federal Nice Lobão, através do Projeto de Lei N.º 180/08, propôs uma política de cotas, que favorecesse o ingresso de negros e pardos nas universidades federais quanto estaduais como também nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Este projeto denominado como Lei de Cotas recebeu a aprovação da Câmara dos Deputados no mês de novembro deste mesmo ano, colaborando para que os beneficiados (negros, pardos e índios) ficassem mais próximos da conquista de uma vaga nas universidades federais do país, concorrendo dentro dos 50% das vagas reservadas para alunos egressos de escolas públicas.

Esta Lei das Cotas raciais visa ações específicas na área da educação, atendendo, inclusive, uma demanda do capítulo VIII do Estatuto que trata do Sistema de Cotas.

Art. 70. O Poder Público adotará, na forma de legislação específica e seus regulamentos, medidas destinadas à implementação de ações afirmativas, voltadas a assegurar o preenchimento por afro-brasileiros de quotas mínimas das vagas relativas:

I – aos cursos de graduação em todas as instituições públicas federais de educação superior do território nacional;

II – aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

§ 1º Na inscrição, o candidato declara enquadrar-se nas regras asseguradas na presente lei.

§ 2º A implementação de ações afirmativas nos estabelecimentos públicos federais de ensino superior poder-se-á fazer mediante a reserva de percentual de vagas destinadas a alunos egressos do ensino público de nível médio na proporção mínima de autodeclarados afro-brasileiros da unidade da Federação onde estiver instalada a instituição.

Todas as leis, projetos ou decretos federais que tem como objetivo efetivar as ações afirmativas ligadas ao sistema de cotas raciais continua em tramitação no congresso, sem uma definitiva decisão de sua legitimidade. Mesmo com a aprovação do sistema de cotas raciais na Câmara Federal, a polêmica continua, tendo em seu desenrolar opositores como, por exemplo, no âmbito do Judiciário, onde existe uma vasta jurisprudência a favor e outra contra as cotas raciais.

O sistema de cotas raciais foi de imediato aceito por um grande número de instituições, cada qual com sua forma de classificação, sendo para alunos de escolas públicas, indígenas, negros ou para as três categorias. Neste caso nota-se que as ações afirmativas não se embasam apenas nas questões raciais, mas também de origem e destacando as questões de gênero e inclusão de deficientes. São grupos ou classes que sofrem um maior distanciamento de oportunidades, assim colaborando para o crescimento da autoestima superando as diferenças e concretizando a cidadania.

No Brasil a visão que se obtém do termo ação afirmativa, se enfatiza no contexto de uma correção pelos erros passados, um resgate de uma dívida que a sociedade tem com esses segmentos da população. E um dos meios que se buscou para o pagamento desta dívida social, foi o projeto de inclusão no ensino superior, já que a educação é um dos mecanismos de grande importância para o prestígio social. Cardoso (2007) destaca este pensamento em relação a ascensão social, e destaca que os grupos étnicos e classes sociais mais fragilizadas devem receber incentivos capazes de promovê-los e inseri-los no ensino superior.

Mas muito ainda tem a ser feito, principalmente quando o assunto esta inserido no campo do senso comum, e enfatiza a questão do aumento ainda maior do racismo, pois no Brasil existe uma grande confusão em relação aos conceitos de ações afirmativas e dos sistemas de cotas. Segundo Munanga (2003), as cotas são apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto procuram outros caminhos. O autor destaca que as cotas são distribuídas gratuitamente, considerando que todo estudante ingresso em universidade pública por meio de cotas, realiza como qualquer outro as provas previstas para o vestibular de ingresso.

Em meio ao contexto atual em que as cotas – ou seja, um percentual de vagas a ser preenchido pelo segmento excluído em um dado espaço ou organização social – tornam-se palco de discussões, não raro controversas, cumpre estabelecer que ações

afirmativas não são sinônimos de cotas, tampouco exigem necessariamente a sua adoção. Isso porque constituem um conjunto de medidas legais, de mecanismos e políticas sociais voltadas para aliviar a carga de discriminação que impõem obstáculos e limites a determinados grupos sociais, como indígenas, portadores de necessidades especiais e negros. (AMARO, 2005, p. 74)

A questão do sistema de cotas deve ser amplamente observada, para não cair em uma discussão sem fundamentos e de senso comum, caso contrário irá se tornar uma política de caráter emergencial. Fato este que acaba por desmerecer esta política que tem como objetivo construir um caráter democrático, voltada para a promoção de acesso e manutenção de estudantes pertencentes a grupos sociais e historicamente discriminados, nas universidades. Exemplo da UFSC no qual relato a seguir com a implantação do Programa de Ações Afirmativas- PAA.

2.3 Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina

A implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFSC surge, num primeiro momento, através do Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) da Associação dos Professores da UFSC (APUFSC).

No ano de 2005 o GTEGC com apoio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e a Associação dos Professores da UFSC (APUFSC) realizaram uma pesquisa de simulação sobre os impactos na diversidade de políticas de aumento e reserva de vagas, com o auxílio de dados fornecidos pelo Núcleo de Processamento de Dados da UFSC (NPD) e pela COPERVE.

Em 2006 aconteceu o Seminário “Pensamento Negro em Reeducação” promovido pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN) de Florianópolis. Neste espaço foi discutida a questão das ações afirmativas, tendo a presença do Pró-Reitor da PREG, Prof. Marcos Laffin que assistiu a todo o debate, e não ficou de fora dos questionamentos sobre a inclusão deste sistema de cotas na UFSC. Onde tendo direito a resposta colocou que dependendo dele, no próximo ano, este sendo 2007, o sistema de cotas seria pensado e trabalhado para assim poder fazer parte do quadro institucional da universidade.

Durante esse seminário, “foi explicitamente solicitada à UFSC, como instituição, uma política de ação afirmativa no acesso e permanência, de setores da população historicamente excluídos, como indígenas, negros⁴ e também de pessoas de baixa renda”⁵.

⁴ O termo negro abrange as categorias: preto e pardo.

A partir desta declaração do Pró-Reitor quanto a essa demanda social apresentada desencadeou a criação de uma Comissão que respondesse pela elaboração de uma proposta de inclusão das cotas na UFSC. Então foi colocada em prática a discussão com várias pessoas na universidade e foi proposto ao Reitor Prof. Lúcio José Botelho, que fosse constituída uma comissão, esta sendo chama de Comissão de Acesso com Diversidade Socioeconômico e Étnico Racial.

No mês de abril do ano de 2006 a Portaria nº 195/GR/2006 designou os membros que compuseram a Comissão⁶ responsável pela elaboração e apresentação de uma Proposta Preliminar de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-Racial dirigido ao ingresso na UFSC através do Processo Vestibular.

Em junho de 2006 é organizado pela comissão um seminário sobre “Cotas e Ações Afirmativas” que traz a público a discussão de temas relacionados a ações afirmativas, desigualdades raciais, meritocracia, e outros. O evento foi de grande participação contou com um público de diversas universidades do país. Nesta ocasião o Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Prof. Dr. Marcos Laffin, afirma:

E por que então temos de gerar ações afirmativas? E por que ações afirmativas na universidade? Porque temos produzido muitas ações negativas: a escola excludente, a escola que branqueia, a escola que seleciona, a escola que reprova, a escola que se forma pasteurizada, a escola que não se reconhece na diversidade. Precisamos de ações afirmativas para não enquadrar o diálogo necessário no modelo estruturado de universidade.

Precisamos de ações afirmativas não como políticas compensatórias; precisamos de ação afirmativa para negar que a diversidade deva ser compreendida como desvio, como algo a ser corrigido. [...] Então, qual é a responsabilidade da instituição universitária nesse processo?

De não se assustar com o novo, mas de assumir o compromisso de construir o novo. De saber que o novo se apresenta com a amplitude dos desafios que não podem imobilizar as possibilidades⁷.

No mesmo ano, em novembro de 2006, é oficialmente apresentada ao CUn, a Proposta da Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial, esclarecendo sua compreensão a respeito do Programa de Ações Afirmativas e justificando sua implementação junto a UFSC:

⁵ Ver proposta de Programa de Ações Afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e Étnico-Racial. Disponível em: <http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>. Acesso 25 de set. 2011

⁶ A Comissão é composta por representantes dos Centros de Ensino, dos sindicatos dos docentes e técnico-administrativos, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, da COPERVE e dos Movimentos Negro e Indígena.

⁷ Ver Palavras do Pró-Reitor. Disponível em: <http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br/palavrasproreitor.php>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

Entende-se por Programa de Ações Afirmativas um conjunto de ações e procedimentos referentes à preparação para o acesso à universidade; à política de acesso propriamente dita mediante o sistema de reserva de vagas para candidatos oriundos da rede pública de ensino, negros e indígenas; à política de permanência na universidade; e à política de acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade. Deste modo, esta proposição do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC procura expressar com contundência o compromisso de uma instituição pública com uma agenda contemporânea, que exige responsabilidades institucionais em resposta aos cenários de desigualdades socioeconômicas e raciais que imperam na sociedade e se encontram em suas próprias fronteiras (p.8-9)⁸.

Toda a trajetória de implementação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) na UFSC iniciou com o GT de Etnia, Gênero e Classe, tendo um trabalho desempenhado em uma pesquisa e uma vontade política dentro da administração central resultando na constituição de uma comissão, esta com o foco na elaboração de uma proposta de ação afirmativa.

O então presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa colocou em destaque que os objetivos do programa são inúmeros, tendo como foco alterar a estrutura de privilégios contida na sociedade, assim contribuindo com a mesma, abrindo espaços para alguns setores terem acesso ao ensino superior. Também trabalhar para que exista no ambiente interno da universidade, uma maior convivência de classes sociais diferentes, como também de etnias e raças.

Na medida em que a educação se torna um meio de expressão coerente e adequação de uma concepção de mundo que se oponha a mistificação, ela é, antes de tudo, lugar de luta pela hegemonia de classe, pois a efetividade de uma dominação absoluta eliminaria a contradição, condição básica da sociedade de classes. A educação como mediador tanto funciona, embora em graus diferentes, para afloração da consciência, como para impedi-la, e tanto para difundir, como para desarticular. (CURY, 1999, p. 66)

Em 10 de julho de 2007, é aprovada pelo Conselho Universitário, a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUn/2007 (Anexo A), que cria o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina, “constituindo um instrumento de promoção dos

⁸ Ver proposta de Programa de Ações Afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e étnico racial. Disponível em: <http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>. Acesso: 30.jul.2011.

valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico racial”⁹.

A implementação do Programa de Ações Afirmativas ocorreu no vestibular de 2008, tendo como intuito o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas, pertencentes ao grupo racial negro e pertencente a povos indígenas, dentro de uma política de ampliação do acesso aos cursos de graduação oferecidos pela UFSC e ampliando as condições de permanência dos ingressos na universidade.

O Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (PAA/UFSC) tem como objetivo incluir o maior número de cidadãos que estão às margens do ensino superior, fora desta realidade e distante de um futuro digno e previsto em lei como direito para formação de uma cidadania.

Na próxima seção será abordado o Pré-Vestibular da UFSC e sua relação com o Programa de Ações Afirmativas – PAA, na busca de ampliação do acesso ao ensino superior em Santa Catarina.

⁹ Artigo 1º da Resolução Normativa nº 008/CUn/2007.

3. O PRÉ-VESTIBULAR E O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC

3.1 A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas e as ações orientadoras

Com a finalidade de acompanhar e avaliar as ações orientadoras do Programa de Ações Afirmativas da UFSC foi instituído uma Comissão. Esta mesma comissão encontra-se no âmbito Pró-Reitoria de ensino de Graduação (PREG) que é uma instância na UFSC responsável pela supervisão e coordenação geral das atividades de ensino dos cursos de graduação, presencial, a distância, e educação básica.

Desta forma, suas ações estão relacionadas diretamente com o aprimoramento das políticas de apoio destes cursos. “A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação tem por objetivo coordenar as políticas e ações relacionadas aos cursos de graduação e educação básica, em consonância com os ideais expressos na missão da UFSC”¹⁰.

Entre as diversas atribuições da PREG, destacam-se as ações destinadas a:

- Propor e coordenar as formas de acesso aos cursos de graduação;
- Implementar e desenvolver políticas e programas referentes às atividades de ensino, em conjunto a outras Pró-Reitorias.

· A Comissão de acompanhamento e avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC foi instituída pela Portaria 143/GR/2008 de 22/02/2008 que designou nove professores dos Centros de Ensino da UFSC, sendo um deles designado o Presidente da Comissão e a Portaria 329/GR/2008 de 23/04/2008 que nomeou uma servidora técnico-administrativa¹¹ e seis acadêmicos, destes, três titulares e três suplentes, para integrarem a Comissão.

No art. 14 da Resolução que cria o Programa na UFSC, as disposições finais estabelecem:

Para os fins de acompanhamento das ações afirmativas do “Programa de Ações Afirmativas” de que trata esta Resolução Normativa, será constituída uma comissão institucional que deverá proceder à sua avaliação e à proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados.

¹⁰ Ver UFSC do Século XXI – Segundo Ano de Gestão. Maio/2009 – Maio/2010.

¹¹ A técnico-administrativa em questão refere-se a profissional de Serviço Social cuja inserção e trabalho realizado junto à Comissão, serão abordados no decorrer da seção.

Parágrafo Único: A comissão a que se refere este artigo, constituída por servidores docentes e técnico-administrativos efetivos da Universidade e representantes discentes indicados pelo DCE, será designada pelo Reitor.

Os objetivos da Comissão compreendem:

- Acompanhar e avaliar o Programa de Ações Afirmativas na UFSC;
- Mediar as questões vivenciadas pelos estudantes de graduação que ingressaram pelo PAA e que interferem diretamente na sua permanência na UFSC;
- Articular com os segmentos responsáveis da UFSC para que as ações orientadoras do PAA sejam implementadas.

As ações à serem acompanhadas pela Comissão e que orientam o Programa de Ações Afirmativas da UFSC, são:

- I - Preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade;
- II - Acesso aos cursos de graduação da Universidade;
- III - Acompanhamento e permanência do aluno na Universidade;
- IV - Acompanhamento da inserção sócio profissional dos alunos egressos da Universidade;
- V - Ampliação de vagas nos cursos de graduação;
- VI - Criação de cursos de graduação noturno ¹².

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas desenvolve um total de seis processos distintos, porém complementares. Neste trabalho será abordado o processo que corresponde ao acesso a universidade, através da divulgação do programa PAA e do Pré Vestibular da UFSC, que apresento a seguir.

3.2 O acesso à universidade pelo PAA

Com destaque à preparação para o acesso aos Cursos de Graduação¹³ da UFSC, as ações implementadas pelo Programa de Ações Afirmativas compreendem:

¹² Conforme Resolução Normativa N° 008/CUn/2007, artigo 4°.

¹³ Idem, artigo 6°.

- I – divulgação, nas escolas e nos meios de comunicação, do "Programa de Ações Afirmativas" na perspectiva de inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior;
- II – apoio às atividades de extensão da Universidade na área de ações afirmativas.
- III – oferta de Curso Pré-Vestibular, priorizando o acesso aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- IV – ampliação da oferta de vagas no Curso Pré-Vestibular da Universidade.

Dentre as ações que viabilizam a preparação do acesso aos cursos de graduação da UFSC, o trabalho desenvolvido nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina e a oportunidade da parceria com o Pré-Vestibular da UFSC é fundamental, pois proporciona um contato direto entre comunidade e a universidade, tornando-se um espaço propício para a divulgação das informações e orientações necessárias a sociedade.

3.3 O processo de divulgação nas escolas públicas

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA tem como proposta de divulgação junto as escolas da rede pública do Estado, apresentar aos estudantes de ensino médio informações e orientações que possam contribuir para às oportunidades de acesso (Pré-Vestibular, Isenção do Vestibular, o ingresso pelo Programa de Ações Afirmativas) e os programas de permanência oferecidos pela UFSC para aqueles ingressos pelo processo seletivo, deixando em destaque que todo e qualquer graduando da UFSC passa pelo processo do vestibular, sendo ele cotista ou não.

A partir da idéia da informação para o acesso a universidade se realiza o trabalho de divulgação nas escolas junto aos estudantes do ensino médio, através de uma equipe composta pela Assistente Social inserida na Comissão juntamente com os bolsistas e estagiários. Este contato com os estudantes busca ampliar a visão destes quanto às possibilidades e oportunidades de ingresso no ensino superior.

A grande maioria desses alunos de escolas públicas se colocam as margens desta realidade, que é a universidade pública, não conhecendo os benefícios que os mesmos possuem para poder acessar a instituição. Por isso é necessário um trabalho bem desenvolvido, tendo como foco o aluno, beneficiado com as informações necessárias para a conquista deste campo.

Destaco a importância do corpo docente das escolas em se colocarem a disposição tanto para receber e devolver aos alunos as informações necessárias para desvendamento das dúvidas referentes ao acesso e trabalhar para que os mesmo possam fazer com maior

segurança suas escolhas profissionais, sendo que estas serão testadas a partir da prova do vestibular. O vestibular se apresenta como um vestibular-olimpíada e supõe uma concepção de ensino como treino e preparação para a prova definitiva. Segundo o autor, “mais que uma competição pedagógica, vista nos limites do sistema de ensino, o vestibular é percebido como parte da realidade social” (GUIMARÃES, 1984, p. 61).

Para ter acesso a universidade pública no Brasil, o aluno deve passar pela prova do vestibular, esta irá analisar e conseqüentemente colocá-lo em uma escala de aproveitamento de escolaridade, onde proverá o acesso do mesmo. Fato este que acaba por priorizar uma pequena parcela da população, dando destaque aos alunos que melhores condições socioeconômicas tiverem, pois são estes que frequentam escolas e cursos preparatórios privados e de melhor qualidade. Tendo em vista que a maioria dos alunos que frequentam uma escola do sistema público de ensino, acabam por se desmerecer muitas vezes, antes mesmo de prestar a prova do vestibular, optando por universidades particulares ou ensino a distância, já que as mesmas estão deixando de utilizar o vestibular como medida prioritária de acesso.

Os programas de inclusão que viabilizam o acesso ao Ensino Superior vem conquistando um espaço significativo em relação a ampliação de oportunidades sociais e principalmente no combate as desigualdades étnicas e raciais. As políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras vêm se consolidando de forma voluntária e espontânea, colaborando para a construção de um mecanismo de democratização de acesso ao ensino superior e contribuindo de igual forma com a promoção social e econômica. O acesso destes estudantes egressos de escola pública no ensino superior contribui para a desconstrução de um círculo vicioso que autentica e escolhe um sistema de práticas sociais impostos por uma sociedade desigual (PRADO, 2008).

A Constituição Federal de 1988 destaca o princípio de igualdade de oportunidade entre os indivíduos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O direito a educação e a igualdade de acesso a escola também estão expostos, no Artigo 205 da Constituição Federal onde estabelece que “a educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

Segundo Bobbio (1992), esses princípios acabam por objetivar direitos em sentido fraco, inseridos apenas em códigos e normas naturais ou morais, deixando de existir na prática, ficando a mercê de um documento promulgado. Neste âmbito devemos procurar

pensar as desigualdades sociais como reflexos que incidem do/no sistema educacional, caso este se tratando de um país como o Brasil, onde as desigualdades são gritantes.

Neste sentido o trabalho de divulgação realizado pela Comissão do PAA nas escolas, prioriza a informação, à orientação e a participação da sociedade, viabilizando o acesso a direitos e oportunidades de forma democrática na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A UFSC abre este leque de oportunidades para os alunos de escolas públicas, colocando a disposição o curso Pré-Vestibular, que oferece um reforço no aprendizado do aluno, colaborando para que o mesmo não se sinta desfavorecido na hora de prestar o concurso. E um dos mecanismos encontrados foi à criação dos cursos Pré-vestibulares populares, no qual destaco a seguir.

3.4 Pré-vestibulares Populares

As universidades públicas brasileiras são marcadas como um espaço elitizado e meritocrático, compostas historicamente pela conhecida classe burguesa. Por não garantirem oportunidades e condições igualitárias de acesso ao ensino superior a todos os cidadãos, surgem os Cursos Pré-vestibulares (CPV) Populares e Comunitários com foco no público alvo das desigualdades, como os estudantes de baixa renda e negros.

O perfil geralmente encontrado nas salas de aulas dos cursos pré-vestibulares privados, são compostos por pertencentes as classes médias ou altas brasileiras. E foi para alterar este padrão social que na década de 1990 surgiram os cursinhos populares, auxiliando na democratização e ampliação da cidadania.

De acordo com Henrique Nagao Hamada, coordenador do cursinho da Psico, da Universidade de São Paulo (USP):

Os cursinhos populares realizam um trabalho de inserção de jovens e adultos de baixa renda em universidades públicas, partindo do princípio do direito a educação. Eles ajudaram a diminuir o abismo existente entre essas pessoas e as universidades públicas. Também auxiliam na democratização do acesso à universidade como medida paliativa para uma transformação maior na educação brasileira.¹⁴

¹⁴ Ver Revista Caros Amigos: Fechando o fosso entre a Pobreza e a Universidade. Caros Amigos, São Paulo, p.31-32, Julho de 2010.

No fim da década de 90, essas iniciativas começam a ter um novo caráter, assumindo um papel político frente ao acesso e permanência desses estudantes marginalizados no ensino superior. Mas nem todos os CPVs foram nesta direção, pois visto que este sistema era uma forma de preparar para o vestibular, o qual existe uma grande concorrência, alguns se moldaram ao sistema capitalista, priorizando a qualidade técnica e os lucros que os mesmos podiam obter na cobrança pelos serviços. Outro fato é quanto a institucionalização dos mesmos, que acabou contribuindo para a perda desta idéia de democratização e do potencial político. Este fato não ocorre no Pré-Vestibular da UFSC, que mesmo sendo institucionalizado, procura trabalhar este cunho político e democrático, um exemplo deste trabalho é em relação aos alunos que após passarem no vestibular ou até mesmo formados, retornam com o intuito de trabalhar neste projeto, como bolsistas, monitor, professor.

Infelizmente o vestibular ainda é o meio mais comum pelo qual o Estado vem conduzindo o acesso ao ensino superior, principalmente à Universidade Pública. Este método de avaliação coloca os alunos em posição de igualdade, mas sem contextualizar a realidade dos mesmos e suas trajetórias escolares, onde o resultado é a priorização de uma pequena parcela. No intuito de minimizar estas desigualdades, surgem os cursos pré-vestibulares comunitários, tendo professores que já passaram pela mesma situação e conhecem a realidade desses alunos. Como exemplo pode-se citar a trajetória do professor Otávio, idealizador do programa Pré-Vestibular da UFSC que será abordada no item a seguir.

Geralmente o pré-vestibular inicia com a iniciativa de grupos sociais ou de pessoas que já passaram por alguma situação parecida, no caso de terem tido dificuldades em ingressar no ensino superior, esses possuem uma visão quanto as necessidades desses estudantes oriundos de classes populares e quanto a defasagem do ensino público. Esses cursos populares devem ser trabalhados no fortalecimento da cidadania em vez de priorizar apenas os números em relação a aprovação nos vestibulares, caso contrário se tornarão um veículo de reprodução do sistema capitalista, onde a quantidade e competitividade é a alma do negócio.

É necessário esclarecer que os CPV's populares não devem ser pensados como espaços de caridade, mas sim como espaços de cidadania, politização e reivindicação social, contribuindo nas denúncias contra a falta de dever do Estado frente ao direito de garantia da educação, pública e de qualidade.

3.5 O Pré-Vestibular da UFSC

O projeto Pré-Vestibular da UFSC teve início em 2003, com o coordenador e criador Otávio Augusto Auler Rodrigues, tendo como ponto de partida a sua própria história de vida. Coursou o ensino Fundamental e Médio em Escola Pública, e como tantos outros brasileiros apresentou dificuldades financeiras, então buscou a sua realização profissional, e para atingir este sonho a única alternativa era adentrar em uma universidade pública. Tendo algumas dificuldades, conseguiu entrar na UFSC ingressando no curso de História. Como tantos outros estudantes teve que estudar e trabalhar para se manter, isto ocorreu no primeiro ano de sua graduação, logo depois conseguiu uma bolsa em um dos programas de pesquisa da UFSC. No período de sua graduação, sobreviveu como bolsista e teve acesso a moradia estudantil. Após finalizar sua graduação fez mestrado na mesma instituição e também foi apoiado com uma bolsa de estudos.

Com as oportunidades promovidas pela Universidade afim de que o mesmo se tornasse um cidadão com condições dignas de exercer sua profissão fez despertar em Otávio a vontade de retribuir. Segundo Paulo Freire: “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A ascensão de nós mesmos não significa a exclusão dos outros” (Freire, 1996, pg.46). Neste aspecto criou-se um programa que pudesse dar condições iguais a alunos que não possuem tantas oportunidades de acesso a universidade pública.

Desta forma, deu-se início o programa pré-vestibular da UFSC – Inclusão para a Vida, no começo com 120 alunos que frequentavam as aulas no Centro Ciências da Saúde (CCS), com vista em experiências de outras universidades. Objetiva a inclusão de jovens e adultos que não tem condições financeiras para realizar um curso preparatório para o vestibular e que sonham com uma vaga nos cursos de graduação, e assim construir um futuro como profissionais qualificados. Uma das formas encontrada para democratizar o ensino superior.

O Pré-Vestibular da UFSC é o maior curso pré-vestibular público do Brasil, tendo a parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com as Escolas Públicas do Estado. Onde segundo dados contidos no site do curso vêm atingindo um grande índice de aprovação nos vestibulares. Esta parceria colabora para a inclusão dos cidadãos de baixa renda, no ensino superior, transformando diversas realidades, trabalhando na promoção da cidadania e da solidariedade.

Para se alcançar o prestígio social, é necessário possuir uma profissão e para isso o acesso a universidade é o primordial, mas existe um interlocutor antes de atingir o objetivo, este é o vestibular, processo indispensável e também um grande obstáculo para os que o procuram. “Em meio a um grande clima emocional, estimulado pelos meios de comunicação de massas, os candidatos se sentem desafiados em sua capacidade de corresponder às expectativas de seu grupo social. O vestibular é percebido, nesse sentido, como a “primeira grande derrota” ou a “primeira grande vitória” na história do indivíduo” (GUIMARÃES, 1984, pg. 33).

Não basta apenas criar oportunidades de acesso, como é o caso do pré-vestibular, deve-se partir do próprio aluno a iniciativa de querer obter o mérito por seu esforço e competência. O pré-vestibular é um interlocutor entre o vestibular e a universidade, então é neste aspecto que o cidadão terá que mostrar a sua força de vontade quando se colocar na concorrência pelas mais diversas áreas e vagas que a universidade dispõe. Este trabalho de inclusão realizado em regiões do estado que nunca tiveram oportunidade, contribui para a inclusão de histórias de vidas que sonharam, mas um sonho distante.

De acordo com Kuenzer, todos devem ter:

Acesso a um bom saber que lhe permita, por um lado, conhecer as relações sociais que determinam seu modo de vida, sua concepção de mundo, sua consciência e, por outro, participar ativamente do processo de construção da sociedade através do trabalho e da participação política (1998, p. 105).

Neste aspecto a UFSC caracteriza-se pelo seu comprometimento com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural do Estado de Santa Catarina e do País, tendo por missão:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida¹⁵.

A Trajetória deste projeto teve início na Gestão do Reitor professor Rodolfo Pinto da Luz, em 2003, dando continuidade e se solidificando entre 2004 a 2008 na Gestão do Reitor Professor Lúcio Botelho e atualmente (2011) o projeto vem amadurecendo e alcançando

¹⁵ Missão aprovada em Assembléia Estatuinte de 1993 e incluída como Art.3.º do Estatuto da UFSC.

repercussão estadual, sendo apoiado e aprovado na Gestão do Reitor professor Álvaro Toubes Prata.

A primeira versão do projeto, em 2003, teve início com duas turmas de 60 alunos. A seleção dos 120 beneficiados foi feita entre os 2700 estudantes contemplados com a isenção da taxa de inscrição no vestibular da UFSC, pois para receberem o benefício da isenção os candidatos devem comprovar a carência. O curso, com duração de 3 meses, começou com 120 alunos e terminou com 117. Destes, 14% (sendo 12% na UFSC e 2% na UDESC) conseguiram ingressar na graduação.¹⁶

O Curso Pré-Vestibular da UFSC prepara os alunos para os diversos vestibulares do país, não apenas aos concursos públicos. Como tem por objetivo encaminhar os alunos para o acesso ao ensino superior, procura sempre destacar vagas gratuitas, ou as melhores formas de adentrar em uma universidade, citando aqui o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Enquanto política pública inclusiva, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pelo governo federal e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, concede bolsas de estudo integral ou parcial de 50% aos estudantes inseridos nos cursos de graduação em instituições de ensino privado. O programa contempla estudantes provenientes de famílias de baixa renda e oriundos de escolas de rede pública ou particular, esta última desde que na condição de bolsista integral.

O Diretor do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior (DEPEM) do Ministério da Educação (MEC), Celso Carneiro Ribeiro ao salientar que o PROUNI mudou o panorama do acesso e da permanência na educação superior, justifica que:

O programa reforça a política de cotas, reservando em cada instituição e curso um percentual de bolsas igual àquele de cidadãos autodeclarados negros ou índios na unidade de federação correspondente, segundo o último censo do IBGE. Aproximadamente 51% (65.603) dos candidatos selecionados pelo PROUNI em 2006 foram autodeclarados negros ou índios, beneficiados ou não pelo sistema de cotas, mostrando assim que o programa cumpre sua função de inclusão na educação superior de segmentos populacionais mais desfavorecidos¹⁷.

Neste sentido a responsabilidade do programa esta diretamente ligada em tornar esses alunos multiplicadores de cidadania, como a ética e solidariedade, e quem sabe seguindo o exemplo do fundador do Pré-Vestibular da UFSC, Otávio, enquanto formandos e quando

¹⁶ Matéria disponível em: <http://www.prevestibular.ufsc.br>. Acesso: 16 set. 2011

¹⁷ Ver Educação superior: os caminhos da emancipação social. Brasília: Secretaria de Educação Superior, 2006, p. 32

formados criarem programas sociais que visem a oportunidade de direitos, tendo como exemplo as suas próprias histórias de vida.

A proposta do Pré-Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina, destaca-se como uma iniciativa única no país em relação as universidades públicas. Oferece aulas com professores capacitados, apostilas e materiais didáticos gratuitamente aos alunos. E através deste projeto de “Inclusão para a Vida”, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e a de Recursos Humanos da Federal disponibilizam acompanhamento aos ingressantes na universidade mesmo após a aprovação no vestibular.

Para os que aspiram à educação superior, o processo seletivo é hoje em dia, um dos concursos mais temidos pelos egressos de ensino médio. Os exames vestibulares ainda são a forma de seleção predominante no Brasil, sobretudo nas universidades federais, onde a demanda está muito além da oferta. A partir da vinculação entre o vestibular e a universidade é que surgem os cursos pré-vestibulares. (D’ÁVILA, 2006)

No caso da UFSC o Pré-Vestibular surge com intuito de ampliar e democratizar o acesso não só aos espaços sociais próximos ao campus, mas a todo o Estado de Santa Catarina com o apoio da Secretária de Estado da Educação.

3.5.1 Ampliação do Pré-Vestibular da UFSC no Estado de Santa Catarina

O programa Pré-Vestibular da UFSC surgiu com o intuito de garantir um apoio na formação de alunos de escolas públicas da grande Florianópolis, atingiu uma escala muito mais abrangente, quando seu índice de aprovação aumentou de 25% em 2008 para 32% em 2009 nos cursos da instituição. É o pré-vestibular gratuito que mais aprova no Brasil. Foi a partir deste processo de grande destaque referente ao acesso a universidade, através do programa Pré-Vestibular da UFSC, que resultou no apoio financeiro e técnico da parceria da Secretaria de Estado da Educação junto ao projeto no ano de 2009.

E no dia 04 de março de 2009, às 10 horas, no auditório da FAPEU (Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária) – Campus Universitário, a Secretaria de Estado da Educação e a Universidade Federal de Santa Catarina, assinam um convênio para o Curso Pré-Vestibular da UFSC, com a presença do secretário Paulo Bauer e do reitor Álvaro Prata.

O secretário Paulo Bauer destacou que esta parceria entre as instituições possibilita aos estudantes das escolas da rede estadual mais uma oportunidade de acesso ao Ensino

Superior, público ou privado, em igualdade de condições. Este apoio recebido colabora para a garantia de acesso em todo Estado, já que a UFSC e outras universidades estão cada vez mais presentes nas regiões de Santa Catarina.

A partir de 2009, com a iniciativa de apoio da Secretaria da Educação de Santa Catarina, o programa passou a atender estudantes dos municípios de Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Palhoça, São José e Tubarão sendo mantido na Capital e em Curitibanos. O Pré-Vestibular disponibiliza vagas para o curso, que funciona desde 2003 e já atendeu mais de 6.000 alunos em Florianópolis. Considerado o maior projeto de inclusão social público, gratuito e de qualidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Devido o aumento do índice de aprovação dos alunos do Pré-Vestibular, o projeto acaba recebendo melhorias constantes nos processos pedagógicos e administrativos do Programa de inclusão da Universidade, um dos exemplos é a interiorização do projeto em várias cidades do Estado. Sendo um instrumento de inclusão qualitativa de estudantes no acesso ao ensino superior.

Em 17 de março de 2011, no gabinete da SED, com a presença do Magnífico Reitor Prof. Álvaro Toubes Prata e do Exmo. Sr. Secretário Marco Tebaldi, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (PREG) e o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação (SED), renovaram a parceria entre as instituições e assinaram um convênio com o Pré-Vestibular da UFSC, disponibilizando o programa em 28 cidades do Estado, com intuito de atender até cinco mil alunos. As cidades são: Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis (IEE e UFSC), Imbituba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Navegantes, Palhoça, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São José, São Miguel do Oeste e Tubarão.¹⁸

Atualmente o curso possui 30 unidades em 29 cidades nas seis regiões do estado de Santa Catarina, cada qual funcionando nas instituições de escolas públicas, onde possuem seus respectivos assessores e bolsistas que oferecem o apoio aos professores que fazem parte do projeto. Logo a seguir destaco no mapa as cidades e abaixo as unidades do Pré-Vestibular da UFSC com o nome das respectivas instituições.

¹⁸ Matéria disponível em: <http://www.prevestibular.ufsc.br>. Acesso: 30 set. 2011

Mapa 1- Relação das unidades por região do Pré-vestibular da UFSC-SED



Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

Mapa 2 – Unidades da Grande Florianópolis



Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

- Campus Universitário - *EEB Osmar Cunha (Canasvieiras) e Instituto Estadual de Educação (Centro)*
- Biguaçu – *EEM Prof^a Maria da Gloria Verissimo de Faria*
- Palhoça – *EEB Irmã Maria Teresa*
- São José – *EEB Prof^a Maria José Barbosa Vieira (Escola Jovem São José)*
- Santo Amaro da Imperatriz – *EEB Nereu Ramos*

Mapa 3 – Unidades do Vale do Itajaí



Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

- Balneário Camboriú - *EEB João Goulart*
- Blumenau- *EEB Pedro II*
- Brusque – *EEB Feliciano Pires*
- Rio do Sul – *EEB Paulo Zimmermann*
- Navegantes – *EEB Julia Miranda de Souza*
- Itajaí – *EEB Dep. Nilton Kucker*

Mapa 4 – Unidades do Planalto Serrano



Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

- Curitiba – *EEB Casimiro de Abreu*
- Lages – *EEB de Lages*

Mapa 5 – Unidades do Planalto Norte



Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

- Canoinhas – *EEB Almirante Barroso*
- Mafra – *EEB Barão de Antonia*
- São Bento do Sul – *EEB Roberto Granti*
- Joinville - *EEB Dr. Tuffi Dippi e Celso ramos*
- Jaraguá do Sul – *EEB Roland Harold Dornbusch*

Mapa 6 – Unidades do Oeste



Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

- São Miguel do Oeste – *EEB São Miguel*
- São Lourenço – *EEB Rui Barbosa*
- Chapecó – *EEB Lurdes Lago*
- Concórdia – *EEB Professor Olavo Cecco Rigon*
- Joaçaba – *EEB Governador Celso Ramos*

Mapa 7 – Unidades da Região Sul

Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

- Imbituba – *EEM Engenheiro Annes Gualberto*
- Tubarão – *EEM Dite Freitas*
- Laguna – *EEM Almirante Lamego*
- Criciúma – *EEB Sebastião Toledo dos Santos*
- Araranguá – *EEB de Araranguá*

Esta ampliação propiciou o aumento do número de estudantes de escolas públicas do Estado em relação ao acesso ao ensino superior, colaborando para o fortalecimento pedagógico e principalmente no que tange a preparação para o vestibular. Mas para a conquista do Programa Pré-Vestibular da UFSC, o aluno/candidato passa por uma seleção, já que este é um fator predominante em nossa realidade, pois enquanto existir desigualdade os processos seletivos continuarão fazer parte deste cenário.

3.5.2 Processo seletivo

O processo de seleção para o ingresso no programa Pré-Vestibular da UFSC se dá de acordo com as normas do Programa de Ações Afirmativas, que focam nos alunos oriundos de escolas públicas e que comprovem a vulnerabilidade socioeconômica. O Pré-Vestibular da UFSC é uma das ações afirmativas de preparação para o acesso e todo o processo de seleção é realizado pela assistente social do mesmo.

Podem se inscrever alunos que tenham concluído ou que estejam cursando o terceiro ano do ensino médio em escola pública, que não estejam cursando ou tenham concluído curso superior, e que tenham disponibilidade para frequentar as aulas de

segunda a sexta-feira, no respectivo horário de aula da unidade do Pré-vestibular da UFSC escolhida pelo candidato¹⁹.

O fator socioeconômico tem grande importância e influência no acesso ao ensino superior. Geralmente ingressam nas universidades gratuitas, aqueles que tiveram uma sólida preparação nos diversos níveis de ensino que antecede o nível universitário. Saviani considera, que “a combinação de 1º e 2º graus privado com ensino superior público indica que os beneficiários do ensino superior público pertencem, predominantemente, às camadas econômica e culturalmente privilegiadas da sociedade brasileira” (pg.18).

Em 2010 este processo ocorreu duas vezes no ano, nos meses de fevereiro a março e entre julho e agosto, sendo o primeiro período com o foco no vestibular de inverno. Já no ano de 2011 houve apenas uma seleção, ocorrendo no começo do semestre, tendo divulgação direta na mídia, internamente na UFSC e no principal veículo de informação que é o site do Pré-Vestibular.

O processo inicia assim que é lançado o edital pelo site do Programa Pré-Vestibular, tornando público à realização do processo seletivo para o referido curso. A divulgação do processo também é realizada nas Escolas Públicas das 29 cidades inseridas no total de seis regiões, onde o programa encontra-se, pelos integrantes e professores do apoio pedagógico por meio de cartazes e folders distribuídos e através de abordagens coletivas em salas de aula, tendo como foco o 3º ano do ensino médio. No ano de 2011, o programa teve apenas uma seleção que foi no início do ano entre os dias 23 de março e 27 de abril, disponibilizando 5 mil vagas.

Mapa 8 – Cidades de Santa Catarina que possuem as unidades do Pré-Vestibular da UFSC.



¹⁹ Matéria disponível em: <http://www.prevestibular.ufsc.br>. Acesso: 11 nov. 2011

Fonte: <http://prevestibular.ufsc.br>

As inscrições são realizadas pelo site www.prevestibular.ufsc.br, onde o candidato deve preencher o formulário de inscrição, imprimi-lo e assiná-lo. Logo após, é enviado o comprovante do requerimento de inscrição e as fotocópias dos documentos exigidos via correio para a secretaria do Pré-vestibular da UFSC, ou entregue pessoalmente na unidade escolhida para frequentar o curso, nas datas e nos horários estabelecidos no edital. Os documentos exigidos são:

- **Histórico escolar do ensino médio;**
- **Declaração oficial do estabelecimento de ensino, no caso de estar cursando o terceiro ano.** A declaração deverá ser apresentada com o histórico escolar da 1ª e 2ª série do ensino médio.
- **Carteira de identidade do candidato;**
- **Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato (Caso não possua, pode ser utilizado o do responsável);**
- **Comprovante de residência** (Conta de água, luz ou telefone);
- **Comprovante de financiamento da casa própria ou aluguel;**
- **Comprovante de situação de doença de pessoa da família** (Atestado médico ou receita atualizados);
- **Comprovante de renda**, referente aos 2 últimos meses, do(s) responsável(is) pela renda familiar de acordo com uma ou mais situações abaixo relacionadas:
 - 1 **Assalariado:** Fotocópia do holerite ou contracheque ou demonstrativo salarial ou mecanizada ou carteira de trabalho, com identificação e renda atualizada.
 - 2 **Profissional Liberal, Autônomo:** Fotocópia de inscrição/registro no órgão competente ou declaração de próprio punho especificando a atividade que exerce e a renda mensal percebida.
 - 3 **Agricultor, Proprietário Rural, Sítiante:** Declaração de sindicato, associação ou similar, especificando a renda mensal percebida ou cédula correspondente.
 - 4 **Trabalhador Informal, Trabalhador Eventual, Free-lancer:** Declaração de próprio punho ou digital especificando a atividade que exerce e a renda mensal percebida ou declaração da pessoa para quem está prestando serviços.
 - 5 **Desempregado:** Fotocópia da Carteira de Trabalho com identificação e data de demissão ou comprovante de Seguro-Desemprego especificando o valor e o período ou Termo de Rescisão de Contrato ou declaração de próprio punho de

que não exerce nenhuma atividade remunerada; **neste caso, definir qual a atual fonte de renda familiar e especificando o valor.**

- 6 **Aposentado, Pensionista:** Fotocópia do documento fornecido pelo Instituto de Previdência Social e da declaração da função que exercia.
 - 7 **Vive de renda:** Declaração de próprio punho especificando a renda mensal e a origem dessa renda, com assinatura de uma testemunha, com RG e telefone.
 - 8 **Comerciante Industrial:** Declaração de próprio punho especificando o tipo de estabelecimento, a atividade que exerce e a renda mensal, com assinatura de uma testemunha, com RG e telefone.
 - 9 **Do lar:** Declaração de próprio punho de que não exerce atividade remunerada e que é do lar.
- **Declaração completa do Imposto de Renda**, relativa ao exercício do ano anterior, com declaração de bens e dependentes (**Não é necessário caso seja Isento**):
 - 1 **Pessoa Física:** Chefe de família (candidato ou responsável) e das pessoas que compõem o núcleo familiar;
 - 2 **Pessoa Jurídica:** Em se tratando de empresário (comerciante, industrial, etc.);
 - 3 **Proprietário Rural:** Anexar a cédula correspondente.

Após o recebimento dos documentos o próximo passo é conferi-los, e separar os candidatos deferidos e indeferidos para análise da assistente social. Tendo como critérios de seleção o histórico escolar do ensino médio, e a renda socioeconômica familiar. Os dados são avaliados, e os que possuírem as melhores notas e, comprovadamente, menor condição de pagar um curso particular tem preferência para a vaga. Segue abaixo parte do processo de análise e avaliação dos documentos, feito pela equipe do Programa de Ações Afirmativas da UFSC:

- Verificação de documentação (conferência) entregue por candidatos inscritos na seleção para o Curso Pré-Vestibular da UFSC, com objetivo de facilitar a análise da assistente social no processo de deferimento; Organização (por ordem numérica e por localidade) da documentação analisada pela assistente social, o que compreende: requerimentos de inscrição e envelopes com documentação. Essa atividade objetiva a agilidade da informação no momento em que o candidato entrar em contato para obter informações relativas a sua seleção no processo do Curso Pré-Vestibular;

- Verificação das instituições de ensino médio pelos históricos apresentados pelos candidatos ao Curso Pré-Vestibular. Essa atividade faz-se necessária devido à obrigatoriedade (conforme edital do Curso) da realização do ensino médio integral em instituição pública (municipal, estadual ou federal), por parte dos candidatos para concorrer as vagas do Curso Pré-Vestibular;
- Contato telefônico com algumas escolas para verificar se a instituição é pública ou privada. Essa atividade complementa a anterior, para comprovação da mesma, em caso desta informação não apresentar clareza apenas com a observação nos históricos;
- Digitação das notas dos históricos de ensino médio entregues pelos candidatos no sistema de avaliação do Pré-vestibular, objetivando efetuar o cálculo da média que definirá o aproveitamento escolar do mesmo, um dos itens de classificação;
- Cadastro no sistema de deferidos e indeferidos, referentes ao processo seletivo do Curso Pré-Vestibular da UFSC.

Estas são as atividades desenvolvidas por toda a equipe do PAA. Após a seleção é feita a divulgação do processo seletivo disponibilizado na página do Pré-Vestibular e no mural da reitoria da UFSC.

Segue a tabela numero 2, a relação das seis regiões onde estão distribuídas as sedes do Pré-Vestibular e a quantidade de candidatos deferidos e indeferidos em 2011, segundo análise da assistente social:

Tabela 2- relação de candidatos deferidos e indeferidos por regiões

Regiões sede	Candidatos Deferidos	Candidatos Indeferidos
Grande Florianópolis	2917	472
Vale do Itajaí	591	68
Planalto Serrano	388	32
Planalto Norte	646	63
Oeste	844	71
Região Sul	895	85
TOTAL	6281	791

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados cedidos pelo Programa Ações Afirmativas da UFSC

Este quadro apresenta em números os selecionados para o programa Pré-Vestibular da UFSC 2011. No processo de seleção ao qual participei, houve um grande número de

candidatos que frequentaram uma série, fase ou disciplina em uma instituição de caráter privado, neste âmbito eram considerados indeferidos, sendo assim os demais documentos não passavam pela avaliação da assistente social.

Muitos destes alunos são contemplados com bolsas oferecidas pelas instituições, escolhidos através do índice de escolaridade, ponto este também contado como pré-requisito para adentrar no Pré-Vestibular. Os alunos que se destacam nas escolas públicas devem ser valorizados e servir como exemplos para os demais, trabalhando para que o ensino público seja ali prestado e avaliado.

O fato de serem usuários de bolsas, oferecidos pelas instituições privadas, contribui para a exclusão do processo de seleção, pois não se encaixam no pré-requisito determinado pelo edital que prioriza alunos que tenham cursado o ensino médio em escolas da rede pública, seguindo as normas de seleção adotadas de acordo com o Programa de Ações Afirmativas (nº 008/CUn/2007 – Artigo 6º). Por tanto esta avaliação poderia ter como requisito principal, o socioeconômico, pois é o mesmo que interfere o ingresso na universidade e na escolha profissional. O aluno beneficiado com uma bolsa em uma instituição privada, não pode ser prejudicado pela falta de iniciativa e incentivo da instituição pública.

Então é necessário que se repense e destaque a relação do trabalho desenvolvido pela universidade, onde o aluno, foco do programa deve ser beneficiado com acesso e com as informações necessárias para a conquista deste campo. Uma obrigação que deve se prestada pelo corpo docente do ensino médio, já que são os mesmos que preparam os alunos para esta fase de dúvidas e escolhas, principalmente tratando do incentivo da escolha profissional.

3.5.3 Realização da matrícula

Após a conclusão do processo seletivo do Pré-Vestibular da UFSC/SED , é feita a divulgação dos classificados e as datas para realização das matrículas, como horários, locais e documentos necessários. As divulgações dos classificados são feitas no site, tanto para primeira chamada como as seguintes. As matrículas ocorrem nas Unidades para o qual o candidato se inscreveu, discriminados junto ao resultado do processo seletivo de cada cidade.

Para a matrícula o aluno deve apresentar o documento de identidade original. Caso o aluno não possa comparecer pessoalmente, a matrícula poderá ser feita pelo responsável munido de procuração autenticada em cartório. Ressaltando que se o selecionado não tiver 18

anos completos, deve comparecer acompanhado do responsável. E para a confecção da carteira de identificação do Pré-Vestibular, deve ser pago o valor de dez reais, uma forma de controlar a presença dos alunos.

Após a realização da matrícula, o aluno inicia suas aulas de acordo com o horário estipulado. E caso haja desistentes é realizado a chamada de outros candidatos da fila de espera, pois existem alunos que desistem no decorrer no ano, então as vagas são sempre preenchidas.

3.5.4 Material didático e Projetos do Pré-Vestibular

O material didático utilizado no curso é elaborado pelo corpo docente do Pré-Vestibular, dando ênfase as disciplinas e os pontos chaves para o bom desempenho do aluno na realização da prova do vestibular.

O Pré-Vestibular da UFSC, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED), também oferece aos seus alunos alguns projetos que são desempenhados durante o ano. Segue abaixo a relação desses projetos.

O simulado presencial – **SIMUFSC** – é desenvolvido para os alunos matriculados no curso Pré-Vestibular da UFSC em todo o estado, de acordo com os moldes do vestibular da UFSC. As provas acontecem em dois dias, e buscam testar os conhecimentos dos alunos para o Vestibular da UFSC. O SIMUFSC no ano de 2011 envolveu aproximadamente três mil alunos, cerca de 100 professores, 31 assessores pedagógicos e 15 pessoas na coordenação-geral.²⁰ As provas são totalmente gratuitas e compostas de 80 questões de múltipla escolha, como no vestibular da UFSC, além da redação e de duas questões discursivas. As provas abrangem somente o conteúdo já visto em sala de aula no Pré-Vestibular.

O Aulão **Pró-ENEM** que é realizado nos moldes da prova do ENEM, ou seja, por áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ciências Matemáticas. É interdisciplinar, e prioriza o diálogo entre professores e disciplinas, com a participação dos alunos. Uma ótima oportunidade para que os alunos reforçarem seus conhecimentos.

O **Simulado Enem Online**, uma prova, que busca testar os conhecimentos dos alunos para a prova do Enem, composta por 30 questões que devem ser respondidas pelos estudantes em até duas horas, totalmente online.

²⁰ Ver site: <http://www.prevestibular.ufsc.br>. Acesso: 25 nov. 2011

O **Ciclo de Informação Profissional** – CIP, que tem como objetivo ajudar o aluno do Pré-Vestibular da UFSC, bem como os convidados, a melhor definir uma profissão, além de conhecer a si próprio, informar-se sobre os cursos existentes nas universidades públicas e particulares, centros técnicos, além das faculdades particulares existentes em nosso estado, bem como entender como é o dia a dia dentro da profissão e o mercado de trabalho.

São oferecidas palestras sobre profissões, que são apresentadas por profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como por alunos que estão cursando a graduação (e também por representantes de empresas juniores das faculdades). Além disso, são ofertadas palestras temáticas que apresentam o mercado de trabalho e a realidade acadêmica de diferentes universidades públicas da Grande Florianópolis – UFSC, UDESC e IFSC -, além de palestras motivacionais proferidas por profissionais reconhecidos no mercado.

Finalizando destaque a **Caravana da Inclusão Pré-Vestibular**, o projeto busca levar informações e atualizações para os alunos participantes do programa Pré-Vestibular da UFSC.

O Pré-Vestibular da UFSC juntamente com a Secretaria da Educação, tornou-se uma ferramenta de inclusão e um facilitador para que os alunos consigam atingir o ensino público, gratuito e de qualidade, além de ser uma forma de inclusão para a vida social.

4. UNIVERSIDADE NA ESFERA SOCIAL

4.1 Ensino Superior: espaço elitista e meritocrático

Não é de hoje que o ensino superior no Brasil prioriza determinadas classes, dando ênfase a um sistema de exclusão que coloca a mercê uma grande parcela da população. Este sistema já vem muito antes com a lógica neoliberal, que contribui para o avanço desta desigualdade educacional.

A educação foi aliada do desenvolvimento do capitalismo, nos tempos das grandes expedições e descobertas do novo mundo. Nesta época com a ascensão da burguesia, explorar o novo mundo era tido como uma visão de acumulação do capital, e assim uma forma de avanço do conhecimento científico frente a uma nova realidade que se abria aos olhos do desenvolvimento mercantil.

O liberalismo tem como foco central o individualismo, colaborando para o crescimento cada vez maior de um sistema de exclusão social. Emprega a idéia de que cada indivíduo é responsável pelo seu destino pela sua liberdade. A educação não foge desta lógica, mesmo sendo uma política de direito, deve ser garantida pelos órgãos responsáveis. Mas a visão desta realidade é completamente contrária, quando passamos a observá-la desde os tempos coloniais, onde o ensino superior era um aparelho educacional posto a serviço da exploração da colônia pela metrópole.

No Brasil a Companhia de Jesus, compostas pelos padres jesuítas, foi quem iniciou a projeção no sistema educacional, trabalhos esses que eram dominados pelas técnicas de leitura, escrita e cálculo. Mas devido a realidade local, as formas de ensino tiveram que ser adaptadas. Nestes espaços educacionais, estavam inseridos os filhos dos burgueses da época. Sendo os Funcionários Públicos, Senhores de Engenho, Criadores de Gado, Oficiais e no século XVIII os filhos de Mineiros que no Brasil segundo Cunha (1986), representavam a nobreza e a burguesia européia.

De acordo com Moacir Gadotti (1990), “o ensino burguês é necessariamente elitista, discriminador. Para que os filhos das classes dominantes possam estudar é preciso reprovar todos os outros. A escola capitalista é essencialmente divisionista, reprodutora e conspiradora”. Nesta ótica se considera a educação como um sistema para elites.

No início da construção da idéia de criar a universidade no Brasil, tem-se um período de resistência, tanto de Portugal que tinha apenas o interesse pela política de colonização,

quanto pelos próprios brasileiros impregnados com a idéia de meros colonos/explorados. Moacyr (1937) coloca que os próprios brasileiros consideravam mais adequados que as elites da época procurassem a Europa para realizarem seus estudos superiores.

Sem o apoio da Coroa portuguesa em criar as universidades no Brasil colônia, os alunos graduados nos colégios jesuítas se encaminhavam para a Universidade de Coimbra ou outras instituições européias, a fim de completar seus estudos. Todas as tentativas de criação das universidades nos períodos colonial e monárquico foram frustrantes, pois a Metrópole condenava qualquer iniciativa que incentivasse sinais de independência cultural e política da colônia, por isso procurava ao máximo ter controle sobre essas idéias progressistas (FAVERO, 2000, p. 18-19).

O que prevalece nesta época é o funcionamento de algumas escolas superiores profissionalizantes, “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional” (CUNHA, 1980, p.62). Então no ano de 1808, surgem cursos e academias destinados a formar burocratas para trabalhar no Estado. Estes cursos eram de estabelecimentos militares (Academia Militar e Academia de Marinha). As especializações eram em medicina e cirurgia e a matemática, todos com único intuito destinado ao trabalho militar tanto para a Marinha quanto para o Exército.

Nos anos seguintes, surgem outros cursos destinados não só ao campo Militar, mas para o serviço burocrático do Estado, como a formação de engenheiros de diversas áreas como construção, mineração, química dentre outros. Cria-se um incentivo em profissionais que produzissem bens simbólicos¹⁶ para o consumo das classes dominantes. Surgem os cursos de desenho, história e música. O curso de arquitetura na Academia de Belas Artes, também possuía a responsabilidade de criar esses profissionais para a produção de bens simbólicos.

As grandes expedições surgem no cenário dos países colonizados e explorados, como meio de crescimento e de progresso para o capitalismo. Este sistema que escraviza milhares de povos chega com o intuito de impor sua cultura própria, sobre os indivíduos que vivem em uma cultura “atrasada”, contribuindo para transformar o quadro cultural tradicional em um totalmente modernizado, tendo como alicerce a exploração do meio. O sistema capitalista vai se consolidando, passa a assimilar e redefinir as outras culturas existentes. As exigências de crescimento econômico moderno e de reprodução do capital requerem mais conhecimentos úteis e a sua aplicação crescente. (WANDERLEY, 2003, p. 30)

Como consequência da natureza do seu desenvolvimento, que é desigual e combinado, o movimento de sua concretização não é idêntico em todos os países e, em seu processo de expansão no globo, ele gerou tanto os chamados países desenvolvidos, centrais e imperialistas, de um lado, quanto os países subdesenvolvidos, periféricos e dependentes, de outro lado. Se a cultura domina as mentes e as ações da população em geral, ela vai atingir também a universidade e as atividades dos cientistas, negando a tese da ciência neutra. (WANDERLEY, 2003, p. 30)

No Brasil, principalmente no período colonial a nossa educação é puramente reproduzida aos moldes das universidades européias, com suas idéias liberais e positivistas que colaboram para a formação de uma nova ideologia que influenciaram os setores das classes dominantes e médias. Segundo Paiva (1987), o país não detinha educação básica, a princípio estava ligada ao ensino religioso, uma vez que não era vista como ascensão social.

a educação pouco podia contribuir para a ascensão dos membros daquela formação social; não existia, tampouco, grandes possibilidades de participação política para a qual a educação pudesse ser importante. Além da religião, poucos eram os motivos que atuavam em favor do desenvolvimento do ensino. (PAIVA, 1987 p.58)

A mudança que se deu no Brasil do sistema monárquico para o republicano, só ocorreu pelo princípio das idéias meritocráticas em um pensamento totalmente ideológico. Karl Marx e Friedrich Engels, no livro *A ideologia alemã*, procuram demonstrar como a classe dominante encontra meios para não perder seu lugar. Caminhos esses muitas vezes seguidos pela violência ou pelo convencimento, sendo o segundo a forma mais sensata e eficiente da garantia do domínio.

Um exemplo muito bem conhecido é o da Revolução Francesa, que nasceu da própria burguesia. Apoiando a idéia iluminista, desejavam combater o absolutismo monárquico, liderando o povo em vários manifestos que contribuíram para o fortalecimento da revolução. Usaram o poder da ideologia, em um povo indignado com os maus tratos advindos das desigualdades, fome e miséria, para derrubar a monarquia absolutista e acabar com os privilégios do primeiro e segundo estado e assim chegar ao poder.

Este é um clássico de ideologia criada pela classe dominante e reproduzida pelos demais, convencendo de que aquela estrutura social é a melhor a ser desempenhada e ainda porque não, a única possível. Assim o mérito aparece nos dias atuais como um ideal legitimador dos direitos da burguesia, onde somente alcança o prestígio social os melhores, os selecionados.

Na sociedade moderna os variados meios de seleção, como no caso do vestibular tornam-se formas de se obter o mérito social, uma exposição muitas vezes tablada pelos sistemas educacionais privados. Aqueles que não conseguem atingir este “topo do mérito social” acabam por assim serem castigados pelo não acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade. Segundo Marx e Engels, a educação se tornou na sociedade capitalista um meio de manter a hierarquia social, onde segundo Gramsci é considerado um instrumento da hegemonia ideológica burguesa.

Bourdieu propõe uma nova forma de interpretação da educação e da escola, onde a educação deixa de ser uma instância transformadora da sociedade, que tem como objetivo garantir a igualdade de oportunidades, e passa a ser uma instituição que reproduz, mantém e além de tudo legitima as desigualdades sociais.

[...] no funcionamento de uma instituição escolar que, sem dúvida, nunca exerceu um papel tão importante e para uma parcela tão importante da sociedade como hoje, essa contradição tem a ver com uma ordem social que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicas, ou mesmo políticas, mas sob as espécies fictícias da aparência do simulacro ou da imitação, como se fosse esse o único meio de reserva para uns a posse real e legítima desses bens exclusivos. (BOURDIEU, 1998, p.225)

O êxito alcançado na trajetória escolar vem arraigado em grande parte pela origem social, que acaba colaborando para classificar os indivíduos e os colocando em categorias de melhores ou piores diante do sistema educacional. Bourdieu destaca que a herança familiar implica decisivamente no percurso escolar dos indivíduos, que engloba o “(...) capital econômico, tomando em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o capital social, definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares.” (NOGUEIRA, 2002, p.03).

A escola reflete em grande parte a desigualdade em relação a própria organização da sociedade ao qual esta inserida, os diversos níveis socioeconômicos, distinguem na instituição escolar diferentes níveis de aprendizado, aproveitamento escolar. Por isso os que possuem um nível mais avançado acabam por atingir os últimos graus do ensino e principalmente a universidade, assim os descabidos deste “mérito” são reprovados e evadem com mais facilidade e prematuramente da escola, na maioria das vezes nas séries iniciais.

Desde o início da instituição escolar, a mesma se incumbiu de separar os sujeitos, tornando melhores aqueles que dela faziam parte, e assim sucessivamente no próprio interior

institucional, pois acabava por criar hierarquias. Mesmo com intuito de democratizar o acesso ao ensino, tendo uma escola pública de qualidade e gratuita, as chances continuam desiguais, e não se pode analisar as desigualdades apenas pelos méritos individuais de cada indivíduo, mas pelo sistema em um todo.

Os critérios de avaliação nos concursos priorizam as instituições escolares com um desempenho e trabalho focado no aluno para que o mesmo atinja o objetivo, passar no vestibular. Mas a grande maioria da população brasileira não possui esta “sorte”, pois a qualidade do ensino público, do qual esses dependem para prosseguir a escolaridade sofre um déficit em relação ao ensino privado, assim o aluno acaba criando barreiras para o acesso ao ensino superior.

Destacando alguns impasses sofridos por esses alunos, coloco em evidência a escolha do curso universitário/técnico, que leva o aluno a fazer sua escolha profissional de acordo com a remuneração que a mesma irá lhe proporcionar, a outra é quanto ao ingresso na universidade, sobretudo nas primeiras fases do curso, pois um aluno com um ensino precário vai possuir dificuldades para discernir e interpretar textos mais complexos, com uma linguagem mais elaborada e científica.

Neste momento nos deparamos com as falhas da educação pública quando o assunto é qualidade, pois como destaquei até o momento, no âmbito da competição pelo acesso ao ensino superior o ensino privado é o que leva a tarefa mais a sério. Um exemplo é o tratamento diferenciado que o vestibular leva no ensino médio tanto em uma instituição pública quanto em uma instituição privada. O conhecimento dos alunos é que faz a diferença no final e o que prevalece em uma instituição privada é os números e índices de aprovação no vestibular, o marketing publicitário da mesma.

Ingressar em uma universidade onde a concorrência é posta como prova através de um vestibular, é fato concreto na realidade brasileira, até então. Os candidatos acabam por adentrar em uma situação de concorrência desleal, e o fator que colabora com a mesma é a preparação, a formação escolar que deve ser favorável para uma concorrência leal. Mas a realidade é outra e destacado mérito que prevalece é o econômico, pois através do mesmo o indivíduo terá condições de uma melhor preparação para a conquista de seu objetivo o acesso ao ensino superior, de preferência gratuito.

Mas os impasses e desigualdades da sociedade não estão distanciados do espaço institucional da universidade, interferindo diretamente tanto no acesso quanto na permanência dos alunos na graduação.

4.2 A Universidade como espaço de socialização

As Instituições de Ensino Superior possuem suas funções ligadas diretamente ao ensino, pesquisa e extensão, prestando serviço à comunidade social. Contribuindo para a educação de cidadãos éticos, comprometidos com a defesa dos direitos humanos e valores da democracia. Onde deve permitir sempre maiores informações e transparências sobre seus serviços e sua missão.

Segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino superior tem por finalidade, conforme o Capítulo IV Art. 43:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Esta é a responsabilidade quanto ao ensino superior frente ao sistema educacional, mas como conhecemos a educação superior no Brasil, é um dos sistemas que mais exclui e com grandes dificuldades para ter acesso, especialmente para a classe trabalhadora. Somente uma parcela significativa da população, consegue romper essas barreiras, devido a isto o ensino superior torna-se um quadro de elitização e privatização.

A situação socioeconômica é um fator que acaba influenciando no acesso e principalmente na permanência dos estudantes nas universidades, responsável pela grande evasão na educação superior. O IBGE (2010) coloca que a situação do jovem brasileiro que frequenta o ensino médio chega ser deplorável, quando o assunto é pobreza, isso colabora para que o mesmo pense duas vezes antes de entrar em uma universidade. Embora a mesma

possua políticas de permanência, que contribuam para o melhor aproveitamento da formação acadêmica a esses alunos em condições financeiras e sociais desfavorecidas, a situação não deixa de existir.

A democratização do ensino superior é necessária, mas não deve se restringir apenas a disponibilizar cotas para uma parcela/minoria, na garantia do acesso. É necessário pensar como estes irão se manter na universidade, a permanência acaba por tornar-se um desafio, para que os alunos possam concluir o ensino, então a entrada comparada com esta demanda chega a ser um problema menor.

A UFSC apresenta um quadro significativo se tratando deste assunto, embora muito tenha que ser feito para a ampliação do mesmo. Pois nos últimos anos o número de alunos tem aumentado, devido aos programas de inclusão e dos novos cursos disponibilizados. A universidade apresenta o programa de assistência estudantil, onde o mesmo é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a PRAE, órgão executivo central, que têm como finalidade apoiar a política estudantil através de ações e programas que visem as melhores condições de permanência do estudante na UFSC.

O quadro da Pró-Reitoria é composto pelo Departamento de Assuntos Estudantis – DeAE, que tem como objetivo apoiar a política estudantil com ações e programas voltados para a interação do aluno no meio acadêmico; O Departamento de Integração Estudantil-DIEs tem a missão de apoiar a política estudantil por intermédio do desenvolvimento de estudos e de projetos visando à melhoria administrativa, o desenvolvimento organizacional, o aprimoramento de gestão, a inclusão digital, a cultura, o esporte e o lazer; a Coordenadoria de Serviço Social – CoSS, unidade responsável pela elaboração, coordenação e execução de programas na área social, desenvolvendo atividades que atendam às demandas sociais apresentadas por estudantes da UFSC; a Coordenadoria de Apoio a Política Estudantil – CAPE, responsável pelo desenvolvimento de ações que venham apoiar a política estudantil e gerenciar a moradia estudantil; o Restaurante Universitário – RU, cujo objetivo é promover e manter a saúde de seus usuários, através do fornecimento de uma alimentação sadia e diversificada, produzida dentro de um rigoroso padrão de qualidade; e o Laboratório de Informática – LABUFSC, que oferece recursos de informática a estudantes regulares da UFSC.²¹

²¹ Informações foram extraídas: <http://www.paai.ufsc.br/arquivos/politicasesstudantis.pdf> . Acesso: 27 de outubro de 2011

Neste aspecto destaco os programas que colaboram na formação acadêmica desses estudantes, como:

- 1) **Viagens de estudo:** Visa proporcionar aos estudantes da UFSC a interação acadêmica entre teoria e prática. É neste momento que o estudante vai às organizações e à comunidade conhecer a realidade e confrontar o conhecimento obtido pelas diversas disciplinas de seu curso.
- 2) **Participação discente em eventos científicos:** Programa tem a finalidade de difundir os resultados das produções científicas e viabilizar a abertura de horizontes de atuação profissional e de engajamento em pesquisas, oferecendo passagem em ônibus convencional e auxílio para estadia e alimentação ao aluno.
- 3) **Bolsa permanência:** A criação do Programa Bolsa Permanência visa atender os alunos com vulnerabilidade socioeconômica. Foi aprovada pela Resolução Normativa nº 015/CUn/2007, de 18/10/2007, sendo um programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos Cursos de Graduação, para a sua permanência na Universidade.
- 4) **Bolsas de Estágios e Monitoria:** Esta modalidade de bolsa é gerenciada pelo Departamento de Estágio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Consideram-se estágios as atividades programadas, orientadas e avaliadas, que proporcionam ao aluno aprendizagem social, profissional ou cultural, através da sua participação em atividades de trabalho, vinculada à sua área de formação acadêmico-profissional, (Resolução nº 009/CUN/98, de 30 de setembro de 1998).
- 5) **Apoio à alimentação estudantil:** A UFSC fornece refeições subsidiadas aos seus estudantes, através do Restaurante Universitário.
- 6) **Apoio à moradia estudantil:** Este programa visa alojar estudantes, regularmente matriculados na UFSC, provenientes de outros municípios, que comprovadamente apresentam dificuldades sócio-econômicas. Sendo o número de vagas inferior à demanda, o que submete os selecionados excedentes a uma lista classificatória de remanescentes.
- 7) **Apoio à informática:** A UFSC disponibiliza serviços de informática aos seus estudantes através do Laboratório de Informática da UFSC – LABUFSC. Além deles, existem scanners e, ainda, bancadas para videoconferência,

sendo via internet, e estúdios para trabalhos em grupos com computadores, quadros brancos e mesas de reuniões para oito pessoas. O LABUFSC atende os estudantes da graduação e os da pós-graduação.

- 8) **Atendimento Psicológico:** No atendimento e acompanhamento às situações de natureza psicossocial, percebe-se que algumas estão relacionadas a dificuldades econômicas e outras indicam problemas emocionais e psicológicos, fugindo ao alcance do profissional de Serviço Social. Identificam-se situações que necessitam da intervenção de outras áreas da saúde, gerando o encaminhamento a serviços adequados, como é o caso do atendimento psicológico da UFSC.
- 9) **Apoio Pedagógico:** Tem como objetivo diminuir os índices de evasão da universidade e estabelecer programas para que os alunos aprimorem conteúdos e desenvolvam técnicas de aprendizagem. Ações que já estão em curso: manutenção da monitoria nos vários departamentos, auxílio pedagógico prestado por bolsistas de pós-graduação (REUNI) e cursos complementares (gratuitos) em disciplinas básicas, oferecidos semestralmente. A Assistente Social do programa destaca que a viabilização do Apoio Pedagógico aos estudantes oriundos de instituições de ensino público é fundamental para permanência desses na UFSC, pois permite que a superação das dificuldades de aprendizagem do ensino médio em diversas disciplinas que são determinantes para a vida acadêmica.
- 10) **Auxílio Creche:** Para receber o auxílio creche, o acadêmico deverá ter realizado inscrição junto ao setor público municipal, como também no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC, estando em situação de lista de espera de vagas nos dois locais citados e não estar recebendo nenhum tipo de auxílio creche. O valor do auxílio creche é de R\$ 350,00 com vigência semestral.
- 11) **Bolsas para cursos Extracurriculares:** O Departamento de Letras da UFSC oferece, semestralmente, cursos extracurriculares de inglês, francês, espanhol, alemão, chinês e italiano, além de preparação para TOEFL e português para estrangeiros. Antes da matrícula, o candidato deve passar por um teste de nivelamento. Em geral, os cursos oferecem 60 horas/aula por semestre, com cerca de duas aulas de uma hora e meia por semana.

Ao fim do curso, o aluno aprovado, recebe certificado de capacitação. O Serviço Social, vinculado à PRAE, oferece bolsas integrais aos estudantes.

- 12) **Auxílio Material Didático:** Através da aprovação do cadastro socioeconômico, o aluno receberá este auxílio, colaborando para que o mesmo tenha acesso aos materiais de auto custo, que faltam para as disciplinas, como também para trabalhos de conclusão de curso. Deve procurar a Coordenadoria de Serviço Social/PRAE e fazer a sua solicitação por escrito

Estas são formas encontradas pela UFSC para manter os estudantes que possuem uma frágil situação econômica na academia. Meios estes que buscam alterar o perfil social da universidade, onde a porcentagem que mais predomina são de pessoas brancas de classes mais elevadas. O professor Dilvo Ilvo Ristoff, em um debate realizado na UFSC sobre Ações Afirmativas, destacou o déficit das classes populares quanto ao acesso ao ensino superior. As classes que recebem acima de dez salários mínimos representam 12% da sociedade e dentro das universidades são os que mais acesso tem as vagas, onde ultrapassa 50%. Um dos índices que apresentou foi quanto ao quadro de vagas ocupados por estudantes oriundos de escolas públicas, onde em medicina e odontologia a desigualdade é gritante.

A oportunidade de acesso para estudantes pobres é um bom exemplo. Estudantes com renda familiar de até três salários mínimos, que na população brasileira representam 50%, na Enfermagem e na Educação Física – cursos com percentuais mais próximos da realidade – representam apenas cerca de 30%. Essa distorção se torna mais gritante na Odontologia e na Medicina nos quais 50% passam a ser apenas 10,5% e 8,8%, respectivamente. Ou seja, como ressaltam os casos da Enfermagem e da Educação Física, mesmo o que no campus mais se aproxima da realidade está profundamente distorcido, e para pior. (Ristoff, 2008, p.46)

É nesta ótica que se deve pensar a responsabilidade da universidade, e como a mesma pode interferir nesta realidade. Não se pode dizer que a universidade “reflete” a sociedade, já que no Brasil o predomínio de afrodescendentes é muito maior que os brancos. Neste aspecto a sociedade universitária é totalmente oposta à realidade social, pois nela quem predomina são os brancos, as classes privilegiadas. Ristoff (2008) coloca em questão os dados que mostram a realidade no campus, onde o mesmo pode até ser um espelho da sociedade, mas é com certeza do tipo que distorce. “Quando se olha a questão pelo viés dos mais ricos

(mais de dez salários mínimos de renda familiar), percebe-se que uma pequena minoria na sociedade se torna uma grande maioria no campus”(Ristoff, 2008, p.46).

A instituição social aspira à universalidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. (CHAUI, 2003, p.06)

O que se deve pensar é em democratizar este ensino, que deixa a mercê uma grande parcela da população. Deve-se criar oportunidade para os oriundos de classes populares, principalmente a classe de trabalhadores que em sua maioria são estudantes de escolas públicas. Democratizar para acessar, onde são necessárias ações que mobilizem os direitos, estes negados historicamente, como no caso dos negros, onde as ações afirmativas vem destacando ao longo dos anos um trabalho árduo para a inclusão destes através do sistema de cotas.

O cenário atual é de expansão do ensino superior, mas em uma escala privada onde este acaba na maioria das vezes excluindo o vestibular, colaborando para facilitar o acesso, já que não é mais necessário passar por todo um trajeto até conseguir entrar. Até mesmo o PROUNI, não conseguiu vencer este meio de exclusão em relação ao ensino superior público e muito menos manter os altos custos privados. Mas não deixa de ser uma ponte para a democratização do ensino, pois apresenta propostas de expansão do mesmo, com novas universidades federais, criação de bolsas permanências entre outros meios de qualificar o ensino público.

Temos que ter a idéia de que as Ações Afirmativas são políticas de caráter temporário, para tratar um determinado aspecto em especial. É necessário mudar este pensamento social, senso comum, e transforma-lo para a construção de uma sociedade mais justa, com resultados equitativos. Esse reparo de perdas em virtudes de discriminação e da exclusão foi a forma encontrada para trazer a este quadro institucional de nível superior a democratização do ensino.

Através de políticas de inclusão, em especial das ações afirmativas e expansão das Universidades Federais, pode-se notar o aumento de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda, no acesso e na democratização do ensino superior. O relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) apresentou em julho de 2011, os dados que comprovam o grande avanço destas ações afirmativas no quadro

institucional de ensino superior. Para fazer esta comparação foi utilizado os indicadores de raça/cor/etnia em relação a classificação econômica.

A classificação econômica utilizada é baseada nos critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), que enfatiza o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, para assim identificar a classe social a que pertencem. Neste caso, para a pesquisa realizada na identificação dos estudantes, foram feitas algumas alterações nos itens que levam a pontuação determinada, como por exemplo, a substituição do rádio, DVD e Freezer por computador e acesso a internet. E para o grau de escolaridade da chefia, foi considerada a Pós-Graduação.

A tabela 3 irá mostrar a pontuação estabelecida pela ABEP para a classificação econômica e a estimativa da renda familiar por classes econômicas no Brasil.

Tabela 3: Faixas de pontuação estabelecidas pela ABEP de classificação econômica e renda familiar por classes econômicas.

Renda Familiar por Classes		
Classe	Pontos	Renda Média Familiar (Valor Bruto em R\$)
		2009
A1	42 a 46	11.480
A2	35 a 41	8.295
B1	29 a 34	4.754
B2	23 a 28	2.656
C1	18 a 22	1.459
C2	14 a 17	962
D	8 a 13	680
E	0 a 7	415

Fonte: ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2011 – www.abep.org – abep@abep.org.
Dados com base no Levantamento Sócio Econômico 2009 - IBOPE

A tabela 4 destaca a comparação entre a distribuição da população brasileira por classes econômicas, segundo a ABEP, em 2009 e dos estudantes nas Universidades Federais, para poder apresentar logo a seguir os dados percentuais através da classificação econômica comparados com a raça/etnia dos estudantes em nível Nacional em especial nas regiões Norte e Sul.

Tabela 4: Comparação entre a distribuição da sociedade brasileira por classes econômicas e dos estudantes nas Universidades Federais

ABEP Sociedade brasileira	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	C, D e E
	0,50	4,00	9,10	19,30	25,60	23,20	17,10	1,10	67,00
Pesquisa IFES	2,35	12,90	17,58	23,49	19,59	14,01	9,60	0,47	43,67

Fonte: relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2011)

Na Tabela 5 pode-se visualizar a distribuição percentual dos estudantes das Universidades Federais na relação *Nacional*, divididos por classes econômicas e raça/etnia.

Tabela 5: Percentual nacional de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia

%	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Amarela	2,27	2,94	2,85	3,12	3,30	2,61	3,70	6,41	3,06
Branca	73,84	71,86	64,41	58,56	48,60	38,37	29,53	22,76	53,93
Indígena	0,36	0,22	0,37	0,61	0,89	1,50	2,52	11,33	0,93
Preta	1,51	2,34	4,14	7,71	10,96	13,15	18,45	18,21	8,72
Outra	0,56	1,76	1,72	1,03	1,15	1,36	0,85	0,00	1,28

Fonte: relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2011)

Chamando a atenção para os estudantes de raça/cor/etnia, destacamos a cor branca que se sobressai sendo a maioria (54% contra 59% em 2004), em especial a classe A (74%). Mas este quadro vem se alterando, destaque em relação ao percentual de raça/cor/etnia preta, que aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010. Ocorreu em todas as regiões, em especial na região Norte, que dobrou seu percentual (13,4% contra 6,8% em 2004) e a região Nordeste que teve um aumento de 46% (12,5% contra 8,6% em 2004). Este universo de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda também aumentou (40,8% contra 34,2% em 2004) onde sua maior concentração esta nas classes C, D e E (53,3% contra 43% em 2004). E um dado importante é que se notou uma diminuição da população indígena (0,9% contra 2,0% em 2004), esses concentrados na classe E.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos estudantes por classes econômicas e raça/etnia, que compõem a região Norte. Esta região vem ganhando destaque em relação ao aumento gradativo no percentual de estudantes no ensino superior.

Tabela 6: Percentual da região Norte de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia

%	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Amarela	0,00	8,13	2,89	5,41	4,64	3,35	3,91	2,41	4,27
Branca	65,04	52,09	40,13	30,20	23,09	18,78	16,54	8,01	24,90
Indígena	0,00	0,00	1,03	2,47	1,04	2,02	2,22	13,77	1,88
Preta	0,00	4,21	4,64	10,25	13,07	15,68	19,15	18,18	13,42
Parda	34,96	35,57	50,01	50,70	57,63	60,04	57,49	57,63	54,97
Outra	0,00	0,00	1,21	0,98	0,52	0,13	0,69	0,00	0,57

Fonte: relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2011)

Na Tabela 7 identifica-se a distribuição dos estudantes por classes econômicas e raça/etnia, que compõem a região Sul, no qual a UFSC tem representatividade em relação aos números apresentados.

Tabela 7: Percentual região Sul de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia.

%	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Amarela	4,17	3,43	1,52	1,61	1,26	1,82	0,44	0,00	1,83
Branca	92,06	91,36	85,11	86,23	81,28	78,94	71,70	79,55	84,64
Indígena	0,00	0,00	0,48	0,00	0,82	0,51	1,81	0,00	0,38
Preta	0,00	1,07	1,98	2,68	4,48	5,55	7,64	12,99	3,06
Parda	3,77	3,21	9,22	8,23	11,08	13,18	17,96	7,45	9,02
Outra	0,00	0,92	1,69	1,25	1,07	0,00	0,44	0,00	1,08

Fonte: relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2011)

No gráfico 1 verifica-se o aumento/diminuição em relação ao percentual de estudantes por raça/cor/etnia entre os anos de 2003 a 2010 na média Nacional.

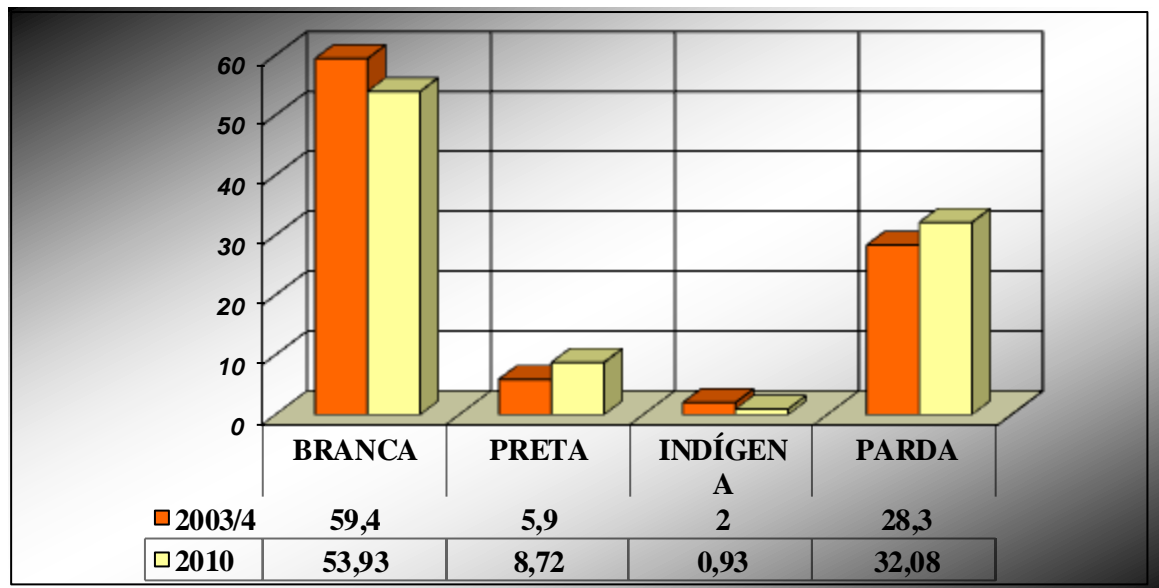


Gráfico 1: Relação percentual de estudantes em Universidades Federais por classe econômica e raça/etnia entre os anos de 2003 a 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados compilados do relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2011)

Estes dados mostram uma elevação em relação ao percentual de pretos e pardos, tendo uma baixa em relação aos brancos. Nestas pesquisas de 2003/4 a 2010 a elevação do número de brancos foi de 75.060 alunos e a de pretos juntamente com os pardos foi de 107.188. Destacando ainda a diminuição de indígenas e dos estudantes considerados amarelos.

A tabela 8 destaca em dados quantitativos a variação do número de estudantes por raça/cor/etnia, em especial os Negros e Índios que fazem parte do sistema de cotas aplicado pelas Ações Afirmativas. Estes dados apresentam um aumento em relação aos negros e diminuição quanto aos índios entre os anos de 2003/4 a 2010.

Tabela 8: Variação de estudantes em Universidades Federais por raça/etnia

Raça/cor/etnia	Pesquisa 2003/4	Pesquisa 2010	Variação
Branca	278.811	353.871	+ 75.060
Preta	27.693	57.218	+ 29.524
Indígena	9.388	6.102	- 3.285
Amarela	21.122	20.079	- 1.043
Parda	132.834	210.498	+ 77.664

Fonte: ANDIFES_FONAPRACE, 2004, 2010

Neste último quadro se pode notar que o quantitativo de estudantes das Universidades Federais em 2003/4 era de 469.378 e em 2010 era 656.167. O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou quase 50% (8,7% contra 5,9% em 2004) com destaque para as regiões Norte e Nordeste.

Considerando a ascensão ocorrida quanto às classes sociais nos últimos oito anos, verificamos claramente o índice de 44% de estudantes das classes C, D e E nas Universidades Federais. Isso revela a importância das ações afirmativas quanto processo de inclusão e permanência. No caso se os estudantes pertencentes à classe B2 (renda familiar de até cinco salários mínimos) também forem inclusos no público alvo da Assistência Estudantil, este percentual sobe para 67%, quebrando o mito de que nas federais os estudantes são, em sua maioria, os mais ricos.

O Brasil precisa ter um maior cuidado com a educação, para que esta política não caía no marasmo. A educação deve ser vista como meio de mudança tanto social como individual, fazer com que cada um se veja como sujeito, trabalhando a sua autonomia. Mas isso não depende apenas de deixarmos nas mãos dos governantes para que medidas e políticas sejam adotadas, é preciso que a sociedade se mobilize que tenha consciência do tipo de educação que almeja e que possa atender suas necessidades. Construindo a idéia de que a educação é um veículo de transformação e não alienação, deixando claro que colocar o campus como reflexo da sociedade é fazer com que o próprio se torne um meio passivo, tirando-lhe a capacidade de transformação social. Resultando em um ser alienado, fantoche do sistema capitalista que subordina cada vez mais o ser humano.

4.3 O Contexto educacional como medida de acesso ao trabalho

A educação é um processo que deve ter como objetivo o desenvolvimento e formação da aprendizagem que contribua na construção do ser social enquanto sujeito da transformação do seu meio. E é no espaço educacional onde este sujeito desenvolve o seu papel como protagonista, tornando a escola/universidade espaço formador, no qual deve oferecer condições para a construção de conhecimentos de novos saberes.

Devidos as alterações na base econômica do país, de acordo com os novos modelos da industrialização, iniciou um processo de modificação do trabalhador, este que por sua vez se colocou e hoje se coloca de acordo com as exigências do mercado. Dado este presente entre os anos 20 e 30, quando a industrialização tomou os grandes centros urbanos do país formando um novo tipo de trabalhador, assim alterando as estruturas da educação no âmbito nacional.

Para atender as demandas emergentes desta época o investimento não decorre do Estado, mas sim das empresas que exigem um novo perfil de trabalhador, flexível. Esta demanda é suprida pelos próprios protagonistas, o empresariado, vinculados ao sistema de globalização, exigindo um foco na formação tecnológica do trabalho. Neste aspecto era construído uma formação do ponto de vista técnico e ideológico, de acordo com as novas solicitações de mercado: diversificada, flexível e ligada às mudanças contínuas do mercado de trabalho.

Foi nesta época que emergiram grandes instituições formadoras de mãos-de-obra especializadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comercio (SENAC) e o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI), tendo como proposta responder a nova ordem comercial e principalmente as demandas da industrialização. Esta nova estrutura educacional foge da linha tradicional do Estado, formando operários para as grandes indústrias, tendo como objetivo central a construção de uma força de trabalho capacitada tecnicamente, ocorre uma reestruturação produtiva.

Essas alterações na base econômica, que se relacionam a industrialização que crescia no país, mostram a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo do Brasil. Sendo que toda esta transformação, tanto na educação, esta diretamente ligada ao confronto entre capital e trabalho. Processo esse que atinge tanto a economia como a política e a cultura, exigindo que se construam novos projetos culturais como novos aspectos educacionais.

Mas na sociedade atual ainda prevalece o poder do capital ao mesmo tempo em que os direitos sociais sofrem um desmerecimento/boicote, os mesmos que foram conquistados

com lutas árduas para que fossem constituídos de acordo com as leis vigentes. Mas infelizmente com o favorecimento do capital, as condições de prover as necessidades básicas já são bem difíceis, imagina manter um sistema no qual todos têm direitos. O momento em que vivemos a equidade acaba sendo um conto utópico, onde poucos sonham e muitos lutam.

O que presenciamos atualmente é consequência dos primeiros anos do governo de FHC, onde teve o início das novas formulações no ensino médio brasileiro, que foi configurado na LDB (lei nº 9394/96) como sendo a última etapa da educação básica. Período de grandes transformações uma delas foi o desenvolvimento científico e tecnológico, que atingiu a vida social como também o processo produtivo, iniciando uma nova etapa na educação e nas exigências frente ao sistema de produção. Este novo sistema só aderiria ao profissional com caráter renovado, sendo flexível, onde pudesse atender a esta nova demanda e tudo mais que era exigido.

Então foi necessário que a base fundamental, a educação, passasse por modificações, a novos moldes, procurando se adaptar a esta exigência social. Com as novas mudanças na educação, o aluno também teve que se moldar, já que o foco a ser obtido através da educação é o trabalho. Para isso é preciso que se trabalhe em uma nova linha de pensamento em relação ao desenvolvimento do aluno, para que o mesmo tenha uma compreensão e domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos, como meios de obter uma carreira profissional, não somente com intenções de garantir a sobrevivência no sistema capitalista, mas também na garantia da satisfação pessoal, fazer o que é de gosto próprio, ter e fazer por prazer.

(...) a questão central da juventude contemporânea esta em um mundo que não lhes aponta com oportunidade de inserir-se na vida social. Ou seja, apesar da grande valorização da juventude como valor a ser buscado com ideal de corpo, estilo de vida, atitude diante do mundo etc., não há lugar no mundo hoje para aquele que é jovem e apresenta demandas urgentes de inserção na vida social. (CASSAB e CASSAB, 2005, pg.52)

O sistema educacional acaba tendo como foco a garantia de um bom emprego, que possa suprir as necessidades básicas e as necessidades de ter, segundo o pensamento do capital. Mas as condições de trabalho são cada vez mais escassas e se tornam mais exigentes, por isso se busca a qualquer preço a capacitação para a inserção neste mundo. Quanto maior for o grau de escolaridade, melhores serão as chances de uma classificação no mercado de trabalho, então se lança principalmente entre a juventude, a aposta no futuro e a disputa pelo acesso nas instituições de ensino público e de melhor qualidade, ou muitas vezes, como é de conhecimento atual, se paga pelo diploma.

Na visão posta por este ângulo, a responsabilidade da escola frente a questão do trabalho toma uma nova função social, pois terá que lidar com os embates em relação ao mercado de trabalho. Por este motivo a função da escola vai além de uma preparação para o campo de trabalho, mas também para a construção deste ser social. Pensando por este perfil destaco o princípio do darwinismo social “na luta pela vida é o melhor que ganha”, uma questão de seleção.

Entretanto a questão de conseguir ser o “melhor” acaba por ficar a mercê de poucos, já que existe o tão temível vestibular, que acaba por aprovar os candidatos que de alguma forma conseguiram ter um melhor preparo para enfrenta-lo. Onde os demais que não alcançam esse “mérito” acabam por deixar seus sonhos de futuros profissionais em um canto, outros optam por faculdades privadas e outros continuam na busca frequentando cursinhos comunitários ou privados, neste caso trabalhando durante o dia e estudando a noite, perfil este dos alunos de Pré-vestibular da UFSC.

Apesar das universidades públicas terem caráter de serem ocupadas por alunos de escolas públicas, o cenário descrito é totalmente oposto. E este fato é o qual apresento em todo este processo de minha pesquisa, onde a universidade torna-se espaço inacessível para este grupo social. Chauí (2001) destaca este processo através da quantidade de alunos que concluíram o ensino médio, e não conseguiram ter o acesso, já que este número não corresponde ao número de vagas disponíveis nas universidades, então há de se pensar, será mesmo que a universidade/educação é para todos? Será que este espaço educacional pode ser chamado de universidade? Já que acaba por deixar as margens grande parte da sociedade que colabora para mantê-la em funcionamento.

Por isso o sonho de ter uma profissão acaba por perder espaço para a idéia capitalista, do ter e não do ser. A solução mais optada são as faculdades/universidades privadas, onde o estudante se mantém empregado para poder garantir o pagamento das mensalidades. Esta realidade é uma contribuição para que as desigualdades só aumentem, e a exclusão no ensino superior se agrave cada vez mais.

(...) o dinheiro é a medida de todas as coisas, e o lucro, seu objetivo principal. Por isso é que, para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, às custas, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos. Ser, para eles, é ter e ter como classe que tem.” (FREIRE, 1998, p.42)

Trabalhar e estudar se torna um grande embate para muitos, ainda se este trabalho for só para manter os estudos, concluindo o estudante torna-se um “escravo” de seu próprio emprego, tendo aquele meio como garantia de sua educação e futura profissão. Tornando um

ser alienado, deixando de lado o espírito de autonomia crítica e social, fortalecendo um sistema que excluí, tendo a visão de que ele próprio não é digno de condições para concorrer com os demais no acesso a uma universidade pública de qualidade.

Souza e Silva (2003) falam sobre este desejo que muitos estudantes têm de cursar uma faculdade para colocar em prática os desejos. As pessoas criam seus planos de vida, e sonham com um futuro melhor, esses planos ligados ao pensamento do trabalho resultados de sua formação superior. Por isso o nome da universidade é o que faz a diferença após a formação, como por exemplo, na hora de uma entrevista para um emprego. Chauí (2001) fala que o sistema capitalista tem grande influência na forma de relação entre sociedade e educação, entre o estudar e ser admitido pelo sistema. Construindo a idéia do estudante em relação à educação, fazendo com que vejam na educação uma forma de conseguirem uma profissão e garantir um bom emprego resultando o ganhar dinheiro. A qualificação profissional é a garantia de uma vida estável, uma visão criada pelo sistema do capital.

Pode se conceituar a questão do trabalho ligada a práxis que é a relação da teoria e ação, na qual os sujeitos se auto afirmam alterando seu meio/realidade e transformando a si próprios. É deste conceito que destaco o trabalho, esta atividade no qual o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo é transformado por ela. A produção decorrente deste trabalho resulta na sua vida material e não porque dizer na sua vida espiritual, neste processo pode se distinguir o ser do trabalhador, seu caráter social. Processo o qual é responsável pela interação social e pela construção histórica.

Marx coloca em destaque a história como uma forma de pensar a sociedade, o modo de ser e reproduzir o ser social. Então a história esta em constante transformação, tendo seus períodos de sucesso e crise. Como diria o próprio Marx, “a totalidade do que se chama de história mundial é apenas a criação do homem através do trabalho” (Marx, 1989, p.204). Então a capacidade de cada indivíduo será medida de acordo com o trabalho desenvolvido pelo próprio, essa produção é histórica e determinada pela formação social.

No âmbito educação, Marx e Engels, colocam a responsabilidade da mesma no papel político de transformador social, uma práxis libertadora capaz de uma mudança de mentalidade e construção de uma nova ordem social. A tarefa da educação esta ligada a emancipação do homem, principalmente tratando de questões ideológicas, na garantia da práxis revolucionária para modificar o mundo.

Se o homem forma todos os seus conhecimentos, as suas sensações, etc. na base do mundo dos sentidos e da experiência dentro do mundo, trata-se, pois, conseqüentemente, de organizar o mundo empírico de modo que o homem se experimente a si mesmo enquanto homem. (MARX, ENGELS, 2003).

A educação Marxista tem seus fundamentos na análise do processo histórico, tendo como ponto de partida a construção de uma pedagogia que procure modificar o mundo, uma práxis libertadora, colaborando para a crítica ao poder hegemônico da burguesia.

Na sociedade capitalista onde o lucro é visto como o único resultado, a produção é o meio pelo qual o mesmo é favorecido, e acaba por se tornar uma forma de organização social, neste fator o homem que não é provido da produção terá que vender seu trabalho em troca de sua subsistência. Este relato pode ser comparado ao meio educacional, àquele que não provém de recursos para garantir uma educação de qualidade, irá vender sua força de trabalho para a garantia da mesma. Enquanto no sistema capitalista o trabalhador é dono de sua força de trabalho, na relação educação o estudante é possuidor de seu conhecimento, e somente através de seu empenho para a construção deste, é que poderá criar e cultivar um ser crítico capaz de quebrar a hegemonia da alienação. Proclama Freire: “Sempre recusei os fatalismos. Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior do que os mecanismos que o minimizam” (FREIRE, 1997, p. 129).

Ter direito a educação é fundamental e constitucional, e este direito é que propicia ao cidadão ter condições de lutar por outras condições de elaboração de sua cultura, uma cultura que seja própria em relação aos diversos segmentos sociais. Da mesma forma que o trabalho coloca o cidadão em uma interação social, em meio a culturas diversas, o faz sentir-se como os demais, a educação possui esta responsabilidade quando trabalha para o discernimento da autonomia crítica. A escola é um campo rico em diversidade cultural, por isso deve saber como trabalhar com seus alunos de acordo com a realidade que os mesmos vivem.

Infelizmente muitas de nossas decisões, as formas de vidas, organizações sociais, até mesmo as tomadas de consciência ainda são mediadas pelo trabalho. Almeida (2000) considera que este meio pode servir como espaço de conscientização, possuidor de um princípio formativo e pedagógico de largo alcance de nosso tempo. A relação trabalho-educação demonstra grandes contradições nas formações sociais capitalista, aonde chegamos a um determinado ponto que não se sabe se estudamos para *ser* ou para *ter*, fato que colabora para o aumento das desigualdades sociais no sentido de cristalizar o pensamento capitalista na centralização da riqueza.

Percebe-se que a relação trabalho-educação, para os segmentos sociais das classes subalternas, continua sendo uma forma de fortalecer a idéia de grandes possibilidades de ascensão social sejam elas na questão quando o trabalho é o vilão da história, sendo responsável em parte na evasão escolar, pois implanta o pensamento de ser o único meio que irá suprir as necessidades de sobrevivência, neste caso quando o mercado se contenta com um grau mínimo de escolaridade. E quando o trabalho torna-se o “mocinho” na questão de valorizar o cidadão que possui uma formação qualificada, sendo que a educação é o meio mais eficaz de alcançar uma vida melhor e de uma profissão de qualidade que possa garantir o ter para assim constituir o ser capitalista.

Este novo modo de produção, esta idéia neoliberal, acaba gerando um novo sistema educacional, onde constroem novos sujeitos, desde os alunos até os professores, todos focados na inserção no mercado de trabalho, aos moldes da produção capitalista. Pontos estes que estão presentes na prática, no modo como irá se construir este sistema de ensino, que atenda as novas exigências, sendo um trabalho ideológico que irá garantir a qualidade, a mesma que retribuirá com a procura de mercado, tanto no lado educacional quanto trabalhista.

A educação como qualquer outra política possui seus problemas, seus erros, e esses são determinados pela época, contexto histórico de uma sociedade. O educador para poder desenvolver um trabalho de qualidade deve ter um conhecimento do processo de desenvolvimento histórico, trabalhando a educação de acordo com as mudanças ao seu redor, para assim corresponder as expectativas de seus alunos.

As tarefas da escola não se restringem apenas ao trabalho, mas sim na construção da cidadania, deve ter como objetivo trabalhar o aluno para ser um indivíduo crítico, idealizador, onde não se torne um ser alienado ao sistema capitalista que tem como foco a exploração.

5. EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

5.1 O Serviço Social e a Educação

O trabalho do profissional de Serviço Social tem relação direta com a realidade e a cultura no qual este inserido, elegendo como seu campo de intervenção a questão social e suas diversas expressões.

No âmbito da educação tem a responsabilidade voltada para a construção da cidadania e da autonomia dos sujeitos. É um espaço onde é necessária a intervenção deste profissional, pois existem questões do meio social a serem enfrentadas. Amaro (2011) afirma que nessa teia social, onde a cidadania e a exclusão estão em permanente interface, existe correlação de forças e transformação, por isso tem requisitado as instituições e seus agentes uma constante revisão.

Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...]... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (IAMAMOTO,1997, p.14).

Um campo de atuação novo, mas com expressões que já são - do conhecimento profissional, pois são repetidas em outras escalas da sociedade. Através desta idéia a procura em trabalhar para a inserção do Serviço Social na educação é de grande interesse da - categoria profissional A profissão vem acompanhando as mudanças sociais, tanto no campo sócio-jurídico quanto institucionais, por isso está habilitada a lidar com situações em diferentes âmbitos.

O Serviço Social também se organizou em termos profissionais e políticos, de uma forma pouco vista, tanto no campo da formação como no do exercício profissional, consolidando entidades que atuam de forma responsável e democrática, emitindo posicionamentos políticos identificados com os movimentos sociais, com a luta dos trabalhadores, dos pobres e segundo os mais avançados princípios e lutas da humanidade. (Teixeira, 2006)

Segundo Amaro (2011), o trabalho do profissional de Serviço Social na educação se constrói nas seguintes bases:

- 1- A lei de regulamentação da profissão, o código de ética profissional e projeto ético-político da categoria;
- 2- A base legal da política educacional (a LDB de 1996, o PDE);
- 3- Os direitos humanos e sociais, constantes na legislação brasileira de 1988, tais como o ECA, o Estatuto da Igualdade Racial, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Programa de Ações Afirmativas, o Programa Brasil sem Homofobia, o Programa Bolsa Família e o Programa Frequência Escolar, entre outros;

Todas estas leis e diretrizes colaboram para fortalecer esta idéia de que a ação profissional se faz necessário no campo da educação, promovendo a cidadania dos sujeitos inseridos nesta realidade. Mas como é de conhecimento a atuação nesta área onde o Estado é o provedor, não tem sido constituída, colaborando para o desmerecimento da profissão junto às demandas educacionais. Por isso se faz necessário um estudo desta realidade, para que sejam levantadas questões que favoreçam a implantação e regularização da profissão de uma vez por todas.

Cada realidade demanda certo trabalho a ser exercido pelo assistente social, e na área educacional é onde se pode sentir um maior apelo no sentido de correção das injustiças sociais, pois é na educação que o indivíduo enquanto sujeito cria suas bases como cidadão. E neste âmbito o Serviço Social vem trabalhar toda uma questão ligada a autonomia. Mas esta autonomia não é criada da noite para o dia, é preciso que seja construída aos poucos e claro que ambos (profissional e usuário) estejam de comum acordo.

Na instituição escolar, surge o desafio de criar seres autônomos para uma sociedade totalmente dependente. Então é lançado o desafio para o profissional, como trabalhar neste campo tão complexo e diversificado? Ambiente no qual estão inseridos famílias, pais, alunos, professores, e que fazem parte de um círculo de interações, que em sua dinâmica acabam gerando situações diversas, onde na maioria das vezes está longe de serem resolvidas com uma simples conversa. Espaço no qual trabalhamos os direitos e deveres, que resultam na construção de relações sociais de determinadas ordens.

O serviço social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais o assistente social dispõe de uma relativa autonomia no exercício do seu trabalho. Dela resulta que nem todos os trabalhos

desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos componentes ético-políticos no exercício da profissão (IAMAMOTO, 2001, p.70).

Neste campo educacional, o papel do assistente social é lidar com situações diversas, por isso deve-se apoiar em suas bases teóricas para um trabalho que resulte em uma superação de dificuldades encontradas no campo de atuação, sejam elas individuais ou coletivas. Para isso um aspecto muito importante em qualquer via de atuação, é a interdisciplinaridade, guiado pelo saber profissional em contato com outras áreas de conhecimento através de um diálogo que facilite o trabalho em conjunto.

É neste ponto que se visualiza a importância do Serviço Social na construção do saber científico, contribuindo com sua densidade teórica, pois como foi pesquisado existem poucos dados sobre a profissão na área educacional, por isso o Serviço Social acaba ficando a reboque de outras profissões.

Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias. (Almeida, 2006, p.403).

Não é de hoje que a profissão de Serviço Social tem produzido conhecimento a partir de registros e avaliações de suas atividades, sendo elas de cunho individual ou coletivo. Estas produções destinadas a reflexão da realidade contribuem muito para o conhecimento a fundo das expressões da questão social presentes em nosso meio. O campo de atuação do assistente social esta ligado diretamente às instituições que possuem o objetivo de prestar serviços sociais, estes relacionados às políticas sociais. Um trabalho que visa facilitar as condições necessárias para o processo de reprodução social. Na educação o assistente social, tem a responsabilidade de garantir o direito previsto na Constituição Federal de 1988, no art. 6º, que consagra a educação como direito social, com o objetivo criar condições melhores para o cidadão no seu desenvolvimento social.

Amaro (2011), seguindo algumas sugestões de Novais (2001), cita algumas especificidades do assistente social na atuação junto ao campo educacional, tendo uma perspectiva crítica direcionada aos direitos sociais, como:

- Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população;

- Elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno em sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação em equipe multidisciplinar da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de suas necessidades;
- Realização de visitas domiciliares, com objetivo de ampliar o reconhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno e melhor assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente à rede de serviços disponível;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas para efetiva a inclusão da educação especial em sua cultura, projeto político-pedagógico e cotidiano.

Esta relação contribui para a desmistificação deste profissional frente a este novo campo que se abre para atuação, visto que muito ainda tem a se fazer para conseguir quebrar as barreiras que existem. Por isso deve-se divulgar a idéia de que nenhum outro profissional será substituído, mas sim que haverá um novo aliado na luta por condições melhores na educação. Nesta perspectiva a interdisciplinaridade entra como uma aliada, fortalecendo o trabalho frente a realidade social complexa presente no mundo da escola.

Este novo campo de atuação profissional, exige um olhar mais aberto a diversidade, sem preconceitos, que possa trabalhar com inúmeros conceitos culturais. Assim de acordo com a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social, em seu artigo 4º, destaca entre as competências do assistente social “*V- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.*”.

Por este motivo a profissão se enquadra perfeitamente na área educacional, por se tratar de um espaço com aumento de problemas sociais, influenciando diretamente na relação da instituição educacional com a realidade presente e concreta. Para o enfrentamento de certos

problemas sociais, esforços estão sendo tomados, para ampliação deste quadro de atuação. De acordo com a Lei Federal nº 9394/96, das diretrizes e bases da educação nacional e com compromissos sociais que confere a agenda da educação, em uma perspectiva inclusiva, alguns estados e municípios estão incluindo o Serviço Social em seu quadro técnico-científico da educação, para assim responder as expressões da questão social que surgem neste cenário, pois o assistente social possui saberes que podem contribuir para “construir abordagens e respostas eficazes e efetivas às demandas sociais apresentadas, conjugada ao conhecimento da qualificação técnica do profissional para este trabalho” (AMARO, 2011, p.17).

Para destacar o exercício profissional do Serviço Social, quanto a responsabilidade frente à questão social presente na educação e nas relações sociais, destacando o campo que abrange o trabalho, a LDB coloca em seu Título I:

Da Educação:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Desde 2000, existe um movimento da categoria profissional, tendo a frente o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que vem lutando para a implantação do “Serviço Social Educacional” na rede pública de ensino. Alguns municípios e estados já aderiram, como o caso do Estado de Minas Gerais (MG), onde foi aprovada a Lei Estadual nº 16.683/2007 (Anexo B), “*que prevê o acompanhamento social nas escolas vinculados a programas governamentais específicos para crianças e adolescentes com necessidades especiais e para jovens em comunidades que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*”.

Esta lei foi resultado da iniciativa do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG) articulada com o mandato do deputado André Quintão, fruto de uma construção coletiva, resultante de um amplo debate em fóruns. Neste âmbito os assistentes sociais exercem suas funções no contexto escolar, fortalecendo esta luta para aprovação de outros projetos de lei voltados a essa demanda.

O Deputado André Quintão, autor da Lei nº 16.683/2007 (MG), enfoca que:

Inspirados em nossa proposta de lei, outros estados e municípios, como o Rio de Janeiro, já deram início a ações institucionais de acompanhamento social nas escolas. Temos bons exemplos também em avanços já conquistados pelo Governo Federal, através do Programa Bolsa Família, que colhe resultados de melhoria da qualidade de vida ao entrelaçar respostas às demandas de renda, educação, saúde, segurança alimentar e assistência social.²²

Este é um exemplo para a abertura de novas possibilidades de atendimento as demandas existentes nas escolas, que só aumentam, como a violência, o uso de drogas, famílias vulnerabilizadas, falta de um incentivo profissional, dentre outros. Por enquanto são os professores, diretores, coordenadores, que se desdobram para atender esses desafios, muitos que resultam na evasão escolar.

A direção a ser tomada neste campo que se abre, é orientada pelo projeto ético-político da categoria, tendo como objetivo a ampliação de direitos sociais, contribuindo para que o usuário seja um formador de opinião, tomando parte e responsabilidade em idealizar o que de fato é direito do aluno.

A reflexão ética é construída, historicamente, no âmbito da filosofia, tendo por objeto a moral supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes (BARROCO, 2006, p. 54).

Para isso é necessário um conhecimento, um estudo desta realidade posta, para que todas as dúvidas sejam ali sanadas. Além de tudo, é necessário obter uma visão crítica em relação as demandas levantadas, baseando-as na teoria e principalmente no trabalho desenvolvido. Obter uma reflexão ética para trabalhar na construção de um novo projeto que possa atender as demandas levantadas e que contribua para a abertura de novos campos de atuação.

²² Disponível em: <<http://www.andrequintao.com.br>. Acesso: 28 de out. 2011

5.2 Serviço Social e a Pedagogia da Autonomia

Marx considera que a distinção entre as classes impede a emancipação humana, por isso o pressuposto de que o homem é o agente produtor de sua história, fica limitado as suas condições sociais. A história não faz o homem, mas sim o próprio homem é que a modifica e a constrói. Somente fora da sociedade burguesa é que a emancipação humana será alcançada, é quando o homem transforma suas forças individuais em sociais, tornando-se forças políticas. Então com as forças sociais teremos a emancipação como um horizonte de direitos. “O compromisso principal do trabalho do Serviço Social educacional é levar, literalmente, os indivíduos a escreverem a sua própria história.” (AMARO, 2011, p.107)

A educação não se tornou direito de fato, as forças sociais estão subordinadas a um sistema de exclusão, tendo a idéia de que os direitos são da classe burguesa e os deveres dos cidadãos. O sistema educacional sofre a queda do ensino e o baixo acesso a educação escolarizada, tornando a idéia de universalização algo muito distante. Podemos considerar o acesso ao ensino um divisor de águas, apartheid social, onde os poucos têm muito e os muitos têm pouco.

Esta realidade educacional solicita com urgência a inclusão do profissional de Serviço Social, para implementação de programas e ações assistenciais que possam enfrentar os problemas de acesso e permanência no ensino. A profissão tem bagagem teórica para colocar em prática e examinar questões como essas criando alternativas que resultem em Políticas Sociais, em especial da assistência.

Mas para alterar a realidade vigente, é preciso quebrar o pensamento de subalternidade, que já vem impregnado no cenário brasileiro, fato este cultural, pelo país ter sido colônia nos tempos das grandes navegações. Para isto é preciso a criação de oportunidades que alterem o meio social do indivíduo, caminho este que deve ser construído no pensar e agir, criando seres capazes de lidar com suas situações e que lutem por seus direitos, superando seus limites e criando sua própria autonomia.

(...) acreditamos que as pessoas que ainda não adquiriram um senso crítico da sua realidade e se veem incapazes de mudar a sua realidade precisam ser incentivadas para lutar por melhores condições de vida. Acreditamos que um indivíduo consciente de seu papel enquanto ser competente de um grupo ou classe social é um sujeito que reúne mais condições para enfrentar as dificuldades que vierem (...) (AMARO,2011, p. 108)

Freire (1959) destaca a formação da consciência crítica que está ligada diretamente a construção da personalidade democrática. Neste aspecto o autor coloca que o diálogo entre os homens colabora para a construção da personalidade democrática. A importância que o diálogo traz a tona é esta relação do indivíduo participando dentro da instituição na qual faz parte, colaborando para o entendimento melhor do que se passa ao seu redor e na construção do meio, da sua história. Então o sentido que leva esta idéia da troca de saberes, é a promoção da democracia. Com isso podemos evitar e superar o perigo de tornar o que é de direito em um assistencialismo que é regido pela instituição. “Assistencialismo que deforma o homem. Que “domestica” o homem” (FREIRE, 1959, p.14).

O assistencialismo faz com que o indivíduo viva na passividade, na alienação, não desenvolvendo uma consciência crítica. Esta é uma reflexão que levou Paulo Freire criticar a educação escolar brasileira, desde o ensino primário ao superior.

Não será, porém, com essa escola desvinculada da vida, centrada na palavra, em que é altamente rica, mas na palavra “milagrosamente” esvaziada da realidade que deveria representar, pobre de atividades em que o educando ganhe experiência do fazer, que daremos ao brasileiro ou desenvolveremos nela a criticidade de sua consciência, indispensável a nossa democratização (FREIRE, 1959, p. 102).

Nos primórdios do Serviço Social, a idéia de conservadorismo está presente na profissão, levado pela corrente positivista baseados nos modelos americanos e com grande influência da igreja católica, vinculação ao assistencialismo, onde a questão social por muito tempo foi uma preocupação assumida pela igreja. Esse assistencialismo, que transforma o homem em condição de objeto, na ação desempenhada por outros, rouba a possibilidade de que ele próprio crie sua história.

Desde a década de 30, o Serviço Social, busca romper com esta visão conservadora no sentido de articular e propor um projeto ético-político voltado para a defesa dos direitos e autonomia dos sujeitos na implantação de políticas sociais que venham a amenizar as desigualdades sociais, quebrando com a lógica assistencialista. Aos poucos está se concretizando como uma categoria articulada de acordo com a lei de regulamentação da profissão, no sentido de atuar de acordo com o projeto ético-político que atualmente é um dos grandes desafios da profissão.

Nosso desafio é de atuar em qualquer demanda de forma crítica e construtiva, inventando e redescobrimo estratégias de enfrentamento.

O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.” (Iamamoto, 2001, p.49)

Moldar o rumo da história desses indivíduos é um dos desafios mais presentes na profissão, pois são os usuários a quem o profissional dedica sua formação e os tem como objeto de sua prática, na busca de resultados que aperfeiçoem a autonomia dos mesmos. Um indivíduo consciente de suas relações sociais, que se sinta parte do meio ao qual está inserido, do grupo ou classe, com certeza será alguém que proverá condições suficientes para o enfrentamento das dificuldades, pensando e construindo formas de estratégias que resultem em melhores condições de sobrevivência. A construção de indivíduos que se comprometam com sua emancipação e autonomia frente às desigualdades sociais.

Segundo Amaro (2011), o potencial humano está sufocado pela pobreza, corrupção, pelo medo de construir um novo ser social. Então um dos primeiros passos a serem dados é no ambiente escolar, onde se trabalha na construção de sujeitos para a sociedade, e neste espaço deve ser construída a autonomia, conscientização e humanização desses sujeitos, que eles possam se mobilizar enquanto grupos ou indivíduos. Autoestima é o ponto chave desta teoria de construção de um ser autônomo e emancipado, sem ela o cidadão fica às margens do assistencialismo, da caridade, do “digno de ser pena”, e isto não é construir um país com ordem e que almeje progresso, mas sim de trabalhar para que o país nunca perca os traços de colônia, exploração e fique nas mãos dos grandes impérios capitalista.

Alguns passos precisam ser tomados para que medidas de autonomização sejam concretizadas, onde proponham que os sujeitos repensem suas vidas, e possam dar um sentido a mais para a educação e sua qualificação. Não podemos fechar os olhos para a realidade presente, sabemos que é para o mercado de trabalho que a escola desempenha suas funções, pois somente terá prestígio social aquele com plenas condições de conseguir um espaço neste campo que cada vez é mais concorrido, e medido pelo grau de escolaridade. Mas a ideia primordial da instituição escolar deve estar focada na construção de sujeitos, como relatado anteriormente, e acima de tudo como diz a teoria freiriana, trabalhar a cultura, o espaço no qual os mesmos estão inseridos para com eles repensar e construir um futuro que busque a equidade, superando a ideia de marginalizados.

O campo educacional deve se tornar para o assistente social um futuro espaço de atuação como também um local de garantia dos direitos sociais para as várias áreas de atuação

que precisa ser desvendado neste sistema, que é a educação. Visto que é um espaço onde existem expressões de cunho social gritantes, que o próprio profissional tem o saber teórico para trabalhá-los, como a esfera da cultura, do trabalho, da família, da criança e adolescente, das políticas em geral. Por isso possui um grande papel no fortalecimento dos laços sociais, do saber cultural e popular, na tarefa de educar através da informação de acordo com cada âmbito cultural, na construção de ideais, do protagonismo voltado para autopromoção e na construção do sujeito enquanto ser social formador de sua história, e principalmente o exercício da cidadania quando o indivíduo aceita ser agente participativo e inicia o processo de uma observação crítica em relação ao seu contexto social.

5.3 O trabalho do profissional de serviço social no PAA e Pré-vestibular da UFSC

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que teve sua aprovação com a Lei 8.742/93 se aproxima das ações afirmativas, pois ambas visam reinserir aqueles que estão marginalizados, pessoas que culturalmente são discriminados como diferentes. Foi através da LOAS, que a assistência social passou a ser inserida no rol dos direitos sociais, no sentido de diferenciá-la do assistencialismo voltando-se para o cumprimento do direito do cidadão em busca da extensão da cidadania. Porém mesmo que garantido por lei, sabemos que a assistência social ainda possui caráter assistencialista de política voltada somente para pobres, mantendo a situação de subalternidade.

Tratar de ações afirmativas na educação brasileira é um processo ainda em construção e que deve ser muito bem desenvolvido, pois ainda existem desafios/empecilhos para a sua efetivação. Principalmente pelo Brasil se tratar de um país ainda novo em relação às políticas sociais afirmativas e que necessita trabalhar a consciência, o saber da informação com a população, que acaba compreendendo esta política como um facilitador do preconceito e da exclusão daqueles que não se enquadram no perfil solicitado. Equívocos como este são bem comuns, pois poucas são as ações que existem em relação a superação desse pensamento alienado entre as pessoas, muitas vezes veiculadas pelas classes hegemônicas. Falta conteúdo crítico e aprofundado sobre tal questão, tanto para a formação profissional quanto para a sociedade em geral.

Com o compromisso de querer mudar este cenário atual, a UFSC desenvolve uma força política frente às ações afirmativas. É através de seu Programa de Ações Afirmativas que se busca a humanização e a dinamização para a promoção da cidadania, e não podia faltar

o profissional de Serviço Social nesta iniciativa, que no caso da UFSC é representada por uma técnico-administrativa do quadro de servidores da Universidade.

Na época em que estava sendo discutida a implementação do PAA na UFSC, a assistente social atuava como Pró-Reitora de Assuntos Estudantis onde acompanhou todo o processo. E devido a este acompanhamento e clareza do assunto a profissional iniciou a sua atuação junto a Comissão do Programa de Ações Afirmativas. É graduada em Serviço Social pela UFSC e desempenha suas funções junto a Universidade na qualidade de Assistente Social.

Este campo de atuação da profissional de Serviço Social junto a Comissão do PAA foi uma proposta efetivada pela Resolução criada pelo Programa de Ações Afirmativas. O Assistente Social na universidade é técnico-administrativo, e para que pudesse fazer parte do programa, foi realizada uma alteração na Resolução Normativa 008/CUn de 2007, inserindo o cargo de técnico- administrativo. Com a alteração iniciou-se sua participação como membro na Comissão de Acompanhamento do Programa desde junho de 2008.

Couto (2009) destaca que o projeto de trabalho é materializado por possibilidades e limites para a execução de suas tarefas, avaliando os instrumentos, técnicas e conhecimentos a serem utilizados para atingir as metas propostas pela instituição aos profissionais. Este é um dos desafios do profissional de Serviço Social junto ao Programa de Ações Afirmativas na UFSC, pois no processo que iniciou em 2008, fez prevalecer um perfil da Comissão do PAA e a caracterização de seu próprio espaço de acordo com as demandas ali presentes.

O profissional inserido na Comissão do PAA possui várias atribuições, dentre elas está o planejamento de ações voltadas para viabilizar o repasse das informações referentes ao Programa de Ações Afirmativas da UFSC. Onde o papel fundamental do Serviço Social na Comissão tem sido pautado pela construção da democratização da informação, na socialização das informações do Programa, internamente e externamente. Este desafio do profissional é na divulgação do Programa de Ações Afirmativas ao público destinado como toda a comunidade, os estudantes de escola pública, os negros e os indígenas. Neste sentido, tem a responsabilidade de coordenar o processo de organização das ações de divulgação do PAA da UFSC, através de elaboração de banners, folders e visitas as escolas. O trabalho de repasse das informações objetiva a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia.

Um dos instrumentais técnico-operativos utilizados pelo profissional de Serviço Social são as reuniões, estas propiciam um espaço de interação com o intuito de planejar e pleitear propostas, para melhor realização das ações de divulgação e socialização do PAA,

com resultados na efetivação junto à comunidade externa, composta pelos futuros estudantes da universidade.

Junto à comissão do PAA o profissional de Serviço Social, realiza em seu cotidiano: reuniões internas da própria Comissão que acontecem mensalmente, reuniões da coordenação administrativa que acontecem quinzenalmente ou semanalmente, reuniões com os bolsistas e estagiárias do Curso de Serviço Social e do Programa de Conexões dos Saberes, que tem por objetivo a definição de estratégias no desenvolvimento do trabalho, avaliação e proposta de encaminhamentos das ações voltadas para divulgação do Programa.

Neste âmbito é elaborado e coordenado pelo profissional de serviço social, reuniões para capacitação sobre o programa direcionado ao quadro técnico da UFSC como servidores, docentes e técnico-administrativos. Com objetivo de repassar as informações relativas ao Programa e a discussão e elaboração de ações em conjunto, para a viabilização do acolhimento e atendimento dos estudantes ingressos na universidade.

Esta esfera que a instituição representa para o profissional trata-se de um local onde o confronto de valores culturais e sociais é enorme, então a interação com outras profissões torna-se fundamental. Resulta em novos olhares e novas buscas para uma melhor implantação da política de inclusão, em destaque, viabilizando projetos e estratégias. Por isso a reunião é um instrumento, que possibilita a interação do profissional de Serviço Social numa relação entre diferentes áreas de saber e atuação.

Segundo Yamamoto (2001), um dos maiores desafios que o assistente social enfrenta na atualidade é o de ultrapassar as rotinas institucionais e decifrar a realidade apresentada, a fim de detectar novas possibilidades e criar propostas eficazes na preservação e efetivação dos direitos.

A profissional de Assistente Social da Comissão do PAA atua na coordenação e execução de ações relacionadas à permanência dos estudantes ingressos pelo Programa de Ações Afirmativas contribuindo para a divulgação dos programas de assistência estudantil oferecidos pela PRAE para os estudantes ingressos pelo sistema de cotas, presta atendimento individual e grupal. Quando existe o acolhimento individualizado esses são encaminhados pelos centros de ensino, ou os mesmos procuram a Comissão voluntariamente, momento importantíssimo, pois propicia o conhecimento da realidade do estudante, suas dificuldades e anseios.

Uma forma de análise da realidade tanto institucional quanto social do estudante, que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade de conhecer a sociedade e a própria profissão como campo de forças contraditórias, considerando-se o caráter eminentemente político do

exercício profissional, assim como a consciência do profissional acerca da direção social que imprime em sua intervenção.

Tendo em vista que os profissionais de Serviço Social atuam no campo das políticas públicas e possuem a responsabilidade de serem viabilizadores de direitos, sabe-se que devem efetivar os objetivos a que se propõe. Pois é neste campo de atuação que os mesmos irão trabalhar para a construção de agentes sociais, modificadores de seu meio. O processo que compete ao Assistente Social busca melhores condições em relação à educação de uma classe que vive as margens sociais.

Segundo Yamamoto,

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (...). Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (2001, p. 20).

O Curso Pré-Vestibular da UFSC tem o intuito de atender as necessidades de estudantes sem condições de recursos financeiros para frequentar os cursos preparatórios para o vestibular. Objetiva o desenvolvimento da educação local, da cidadania e o melhor preparo da comunidade para o enfrentamento do mercado de trabalho. A assistente social também faz parte desse processo onde desempenha função de selecionar os candidatos que frequentaram o período escolar todo em instituições públicas e através da situação socioeconômica. Esta análise é feita por este profissional, de acordo com as normas do edital e da instituição.

Neste âmbito o assistente social deve possuir um bom preparo para lidar com essas situações, deve estar em constante aprendizado, e somente se destaca de acordo com o contínuo convívio da realidade a ser estudada, tendo uma visão crítica e procurando entender as demandas apresentadas em seu campo de atuação. Assim desenvolvendo uma escuta totalmente qualificada, uma das técnicas do profissional, para alcançar uma visão da totalidade.

É preciso ter consciência do trabalho desenvolvido, trabalhar com qualidade, respeitar o usuário procurando investir na melhoria do programa e dos serviços prestados, na implantação de políticas que favoreçam a quem necessita, portanto, desenvolver um trabalho numa base teórico-metodológico e ético-político diferenciado, para não privilegiar uma parcela da população, mas atingir aqueles que de fato são o foco do programa.

Neste aspecto a Assistente Social do PAA procura desempenhar seu papel profissional reconhecendo seu campo de atuação frente às abordagens, para não passar incerteza ao usuário do programa. Como coloca Sarmento, “a transferência de informação corresponde a uma transferência de conhecimento.” (p.28).

O Profissional de Serviço Social acaba por trabalhar com o comportamento humano, que envolve sentimentos, expectativas, princípios e moral. Por isso é considerável que o saber científico seja aprimorado, independente do campo de atuação profissional. É necessário uma análise mais aprofundada sobre as demandas ali presentes, resultando numa perspectiva da quebra dessa idéia de assistencialismo que acaba ligado ao sentimentalismo e messianismo, deixando ciente ao usuário que este meio de acesso se trata de um direito, uma política aos que dela necessitam.

O campo de atuação, a realidade, se torna contraditório, é neste âmbito que se deve trabalhar para aprimorar a capacidade de análise da sociedade e da própria profissão frente às demandas apresentadas. O fato de selecionar algo que por direito é do cidadão passa a ser uma barreira a ser enfrentada quando aliada a questão ético-política, pois o profissional acaba por ter um embate em relação ao que é imposto pela instituição ao qual faz parte.

A seletividade é muito presente nas Ações Afirmativas, pois acaba por priorizar uma parcela da sociedade, fato este motivo de muitas discussões. Sabemos que este meio de acesso a educação para todos, não irá equilibrar a sociedade, pois ainda persistem outros fatores que acabam por colaborar neste desequilíbrio, que é o fator social e econômico.

Esta é a dimensão política do projeto do Serviço Social, a busca da equidade e da justiça social, na perspectiva de universalização de acesso as políticas públicas e programas sociais. Somente com a garantia desses direitos é que se dará a consolidação da cidadania, para isso deve-se trabalhar com qualidade, dando ênfase principalmente ao campo de atuação, neste caso, a instituição no qual o profissional esta inserido, seria quem deveria prover de recursos necessários para que o mesmo seja desempenhado com todo profissionalismo e comprometimento.

Neste espaço contraditório o profissional deve se colocar de acordo com seu projeto ético-político, para assim possuir a capacidade de transformar-se e desenvolver um trabalho que vise atender as demandas ali presentes, se comprometendo com a dignidade, com a liberdade e a emancipação humana. Este fato esta muito bem apresentado no Programa de Ações Afirmativas, que visa colocar esses usuários que estão às margens em relação à educação e trabalhando para que os mesmos se vejam como participantes e modificadores desta realidade ao qual fazem parte.

A realidade é um indicador de atuação e objeto de trabalho do Assistente Social, que deve permanecer atento procurando observar, pesquisar, analisar, refletir de forma crítica, enxergar o que está por trás do apresentado. O programa faz uso de seus instrumentais técnico-operativo, como no caso de informar os usuários de seus direitos, e os meios de acesso dos mesmos, garantindo para uma ação eficaz, e colaborando para intervir despido de alienação, de crenças, do senso comum, entendendo e buscando compreender que os acontecimentos dependem de um processo histórico construído por nós e que o mesmo está em constante transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é com certeza um dos direitos que deveria ser prioritário em nosso país, pois somente através dela conseguiremos avançar rumo ao desenvolvimento da nação. Um país rico é um país alfabetizado, com educação de qualidade, digna e democrática. Não podemos relevar apenas a economia, pois pouco adianta o país ser rico economicamente se a população for pobre de saber e conhecimento, criando seres alienados/robotizados para o trabalho e para o lucro. Portanto um país rico é país sem pobreza educacional.

Foi a partir da desigualdade presente na educação que procurei destacar as diferenças que interferem diretamente o sistema educacional brasileiro e colaboram para o aumento da exclusão dos indivíduos do ensino superior. Fato este marcado pela questão da classe social, que influencia o acesso e a permanência do mesmo na universidade, sendo os mais afetados os estudantes oriundos dos meios populares.

As desigualdades não se encontram somente no contexto externo da universidade, está presente também no espaço interno, representadas pelas diferenças e hierarquias entre os cursos, e diferentes condições de acesso, pois só conseguem atingir o mérito de cursar, por exemplo, medicina, aqueles que passam pelo vestibular (pois tiveram uma base educacional estruturada), e só continuam os que possuem uma situação econômica que os favoreça.

Sabe-se da importância das políticas de inclusão e principalmente dos diversos embates que as ações afirmativas têm enfrentado ao longo dos tempos para se fazerem concretas nas diversas áreas sociais, desde o trabalho até a educação.

Deve-se pensar a educação como um direito social garantido em lei, esta que deve ser formulada, concretizada, respeitada e afirmada como direito e dever de todos igualmente e não equitativamente. No país tem sido pouco respeitada, ficando as margens das prioridades, sendo posta em ultimo plano. Como exemplo possível citar o abandono da educação básica, que vêm resultando em alunos semianalfabetos ou analfabetos funcionais, todos esses obtendo o grau de formados, espaço no qual se deveria investir mais. Contudo, os políticos não se cansam de divulgar que nossa educação tem melhorado a cada ano, pois o número de analfabetos tem diminuído, e o que dizer quando esses “alfabetizados” são colocados na disputa por vagas de emprego, ou melhor, por vagas para acesso a universidade? Neste momento pesa todo o processo educacional desses alunos, pois não possuem as mínimas condições de concorrer com outros que tiveram uma base educacional qualificada, prestada em sua maioria por instituições privadas.

É nesta perspectiva que a UFSC coloca a disposição dos alunos de escolas públicas, o curso Pré-Vestibular, que juntamente com o Programa Ações Afirmativas, buscam democratizar e ampliar o acesso à universidade, procurando facilitar a permanência dos mesmos na instituição. Um caminho que é possível e que muito tem a ser feito, os números apresentam os grandes avanços conquistados pelos programas, e a importância que possuem no meio social. Pois mudar uma realidade que a tempos é vigente no fazer social do país, não se trata de algo simples. Sandel (2011) destaca que as universidades são livres para definirem suas missões, e são elas que regem o seu perfil administrativo, como também as políticas de admissão que se ajustam a missão estabelecida.

A UFSC tem a **missão** de produzir, sistematizar e socializar o saber, na busca de sua ampliação e aprofundamento quanto à formação do ser humano para o exercício profissional, tendo a perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática na defesa da qualidade de vida.

Tendo a missão de socializar o saber a UFSC se tornou uma das poucas universidades federais e públicas a implantar o Pré-Vestibular, este que busca oportunizar o acesso ao ensino superior, direito negado a maioria da população. Iniciativa de inclusão para a vida do pré-vestibular popular que mais aprova no Brasil.

Desigualdades sociais geram desigualdades no sistema educacional que acabam por refletir na esfera social, dificultando o acesso ao ensino superior como também os relacionamentos sociais, resultando na não construção de seres autônomos. É nesta perspectiva que os movimentos sociais e comunitários criaram os cursinhos pré-vestibulares, na tentativa de minimizar os efeitos das desigualdades sociais.

Com a implantação das políticas de ação afirmativa no ensino superior tem se construído a idéia de democratização do acesso, colaborando para a integração social das minorias étnico-raciais e sociais em situação desfavoráveis, fato este se concretizado pela iniciativa voluntária de uma parcela significativa das universidades de nosso país. As universidades cumprem um importante papel democrático, assegurando a pluralidade e a diversidade social no âmbito do ensino superior.

Temos que ter o conhecimento de que as ações afirmativas no ensino superior não se resumem apenas as cotas, que se trata de uma medida emergencial e devem estar amparadas por ações que efetivem a viabilização da permanência de seus alunos, caso contrario, não irá exercer sua finalidade que é democratizar o acesso. Por isso é necessário à implantação bem como também a materialização dessas medidas em políticas.

Como políticas públicas ou privadas voltadas para a concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem e de compleição física, não buscam apenas a igualdade de oportunidades, almejam transformação na ordem cultural, pedagógica e psicológica, a fins de retirar do imaginário coletivo, a falsa idéia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher. (GOMES, 2005, p.11)

Como dito anteriormente temos que tomar essas medidas de ações afirmativas no contexto emergencial, e não torna-las definitivas. Servindo de exemplos para a efetivação de políticas que garantam o acesso ao ensino sem qualquer obstáculo, tornando definitivamente democrático. Medidas que se destinam a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades, tendo como foco exterminar ou minimizar as injustiças sociais.

A educação é o melhor meio para a garantia destas propostas de ampliação e acesso, pois é considerada uma forma de combate ao racismo. Por isso se deve trabalhar toda esta questão das políticas de ação afirmativa, principalmente as cotas, para que este programa não tenha um resultado oposto, que é gerar mais preconceitos. Então é necessário o trabalho de divulgação e informação do que esta política trata, e até mesmo na questão de mostrar em formas concretas, e o motivo pelo qual esta sendo implantada. Com a apresentação numérica dessa realidade em relação às desigualdades existente no meio social é que se pode trabalhar para a quebra deste senso comum, pois o ser humano só acredita vendo e se possível tocando.

E o campo universitário é onde se deve reforçar esta realidade, pois neste espaço o preconceito ainda é maior, estereotipando os ingressos como “cotistas” e “não cotistas”. Fato este que traz interferências psicológicas prejudicando o aprendizado, este ponto, pois uma aluna cotista indignada com a “falta de preparo e apoio” da UFSC com esses alunos. Segundo a mesma, eles facilitam o acesso, mas a permanência é dificultada, por não existir um acompanhamento direto. Simplesmente são colocados no campo social da universidade, e perseguidos pelos olhares preconceituosos, buscam a junção a outros grupos que não são os cotistas, pois caso contrário, são identificados quando estão em grupos e estereotipados.

Por isso se deve trabalhar o Estado, o Governo, as organizações e instituições sociais, políticas, os meios de comunicação de massa, enfim a sociedade em um todo, com o intuito de apresentar a estes a importância das políticas de inclusão social cada qual com seu contexto específico particular.

Tratando do espaço Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, sugiro que seja trabalhada a questão da democratização da informação aos futuros e atuais graduandos, pois foi uma das dificuldades que encontrei em meu processo de construção do TCC. Destaco a desatualização no site quanto aos programas de permanência e até mesmo dos

profissionais responsáveis. A centralização das informações é o ponto chave, para que o aluno não fique percorrendo o campus em busca de informações que podem ser divulgadas em um único espaço.

O Serviço Social dentro das instituições de ensino público é tido como uma resposta para minimizar as tensões sociais, tendo como foco a intervenção junto aos alunos com ações socioeducativas, trabalhando os direitos sociais, as alternativas de êxito frente aos programas e projetos sociais oferecidos aos alunos. Numa perspectiva mais ampla no processo de informação, este que é necessário para um trabalho na autonomia dos sujeitos.

Os assistentes sociais nas escolas compreendem a própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócios institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que são responsáveis pela educação cidadã. Mas muito ainda terá que ser feito até a inserção do profissional na educação, enquanto os projetos de Lei estiverem em andamento, e os profissionais contemplados com esta inserção devem gozar de plena sabedoria para trabalhar as questões ali presentes, e colaborar principalmente na construção de novos saberes científicos, pois somente assim o Serviço Social terá como lutar para ser reconhecido dentro destes espaços. Pois quem possui o conhecimento do campo de atuação é que conseguirá ter sua inserção garantida.

É preciso também que esses profissionais desempenhem um olhar mais crítico em relação a esses alunos ingressos por estes programas de inclusão, pois como já foi relatado, o acesso se torna o processo mais simples, mas a permanência devido a varias expressões enfrentadas dentro da instituição educacional é a mais complicada. Então como profissionais que buscam a equidade e a garantia de direitos, os assistentes sociais devem se articular fornecendo uma ampla educação política para o fortalecimento das discussões nas instituições educacionais, em destaque nas universidades e na sociedade.

À educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável. (FREIRE, 2000, p.58)

Um futuro só se constrói com uma base edificada na garantia de direitos, para isso são necessários agentes sociais, que alterem a realidade a seu redor, se colocando como construtores de sua história. A educação sem dúvida é o ponto chave para o desenvolvimento social, é o processo de ensinar e aprender e fazer acontecer. Com certeza a UFSC através do Programa de Ação Afirmativa e do Pré-vestibular, tem colaborado para dinamizar esta

realidade, e os resultados mostram este avanço. Mas como sempre tudo precisa ser aperfeiçoado, revisto e repensado para um melhor desempenho, e quem sabe um dia chegar num patamar de universalidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de et alii. “Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate”. Cadernos Abess. N.7 São Paulo, Cortez, 1997.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- AMARO, Sarita. A questão Racial na Assistência Social: um debate emergente. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 81, São Paulo: Ed. Cortez, 2005. p. 58 - 81.
- ATCHABAHIAN, Serge. **Princípio da Igualdade e Ações Afirmativas**. 2. ed. São Paulo: RCS Editora, 2006.
- BERGMANN, B. In defense of affirmative action. New York: BasicBooks, 1996.
- BOBBIO, Noberto (1909), *A Era dos Direitos*, 4º Reimpressão, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- _____. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm. Acesso em: 12.set. 2011.
- _____. PLC N.º 180 de 25 de novembro de 2008. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2011.
- CARDOSO, Rodrigo Eduardo Rocha. Fundamentos favoráveis à política de cotas no ensino superior. **Diálogos & Ciência – Revista da Rede de Ensino FTC**. Ano V, nº 11, set 2007. Disponível em: <<http://www.ftc.br/dialogos>>. Acesso em: 23.julho.2011.
- CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986. 339p.
- CURY, C. J. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1999.
- D’AVILA, Geruza Tavares. **O ensino superior como projeto profissional para “ser alguém”**: repercussões de um cursinho pré-vestibular popular na vida dos estudantes. 2006, 102 f. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1997.

_____, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Prefácio de Ernani M. Fiori. 18ª ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

GUIMARÃES, Sonia. **Como se faz a indústria do vestibular**. Petropolis, RJ: Vozes, 1984

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 75 - 82.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Declaração de Durban – III Conferência mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Disponível em:

http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf/view. Acesso em: 30.jul.2011.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. In: THEODORO, Mário (Org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. p. 135 – 170.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2º Grau: o trabalho como principio educativo**. São Paulo: Cortez, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue: história do pensamento racial**. 1.ed., 2ª reimpressão- São Paulo: Contexto 2009.

MOACYR, P. A Instrução e o Império. Subsídios para a história da educação no Brasil: 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 2.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação, São Paulo, n.117 , p. 197-217, nov. 2002.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007p. 7 – 20.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins & NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação e Sociedade*. V.23, 2002, p.15 – 35.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PIOVESAN, Flavia. Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Secad - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 33 - 44.

PIOVESAN, Flávia. *Discriminação*. In Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais. Org. Tribunal Superior do Trabalho. São Paulo: LTr, 2004.

PRADO, Berenice Schelbauer do. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Educação . **O ingresso no ensino superior público de egressos da educação básica pública: o sistema de cotas na Universidade Federal do Paraná**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Florianópolis, 2008, f. 173.

QUINTÃO, André. Acompanhamento Social na Educação. Lei 16.683/07. Disponível em: http://www.andrequintao.com.br/arquivos/cartilha_social_educacao.pdf. Acesso: 13.nov.2011.

RISTOFF, D.; ARAÚJO, L. Missão Inadiável. In: UNIVERSIDADE XXI: a encruzilhada da Educação Superior. Brasília: MEC, nov. de 2003.

_____. Educação Superior: democratizando o acesso. Brasília: Inep, 2004. (Série Documental. Textos para Discussão).

SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade, p.56.

SANTOS, Sales Augusto do (org.). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Adailton et al. Entre o Racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: JACCOUD, Luciana (Org.). **A construção de uma Política de Promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: Ipea, 2009, p. 19 – 92.

SILVÉRIO, Roberto Valter. Ação afirmativa: uma política que faz a diferença. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 21 – 42.

SOUZA E SILVA, Jailson de. *“Por que uns e não outros?”: Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Sistema de Cotas. Disponível em: http://www.unb.br/estude_na_unb/sistema_de_cotas. Acesso em: 12 setembro. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Vestibular 2008 – Relação candidatos/vagas**. Disponível em: <http://www.vestibular2008.ufsc.br> Acesso em: 12 de setembro de 2011.

ANEXOS

ANEXO A – Resolução Normativa nº 008/CUn/2007, de 10 de julho de 2007

(REPUBLICADA EM RAZÃO DE INCORREÇÃO NO TEXTO DO ART.16,
CONSOANTE TEOR DO PARECER Nº 12/CUN/2007)
RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007.
CRIA O "PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS" DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando:

- 1) a autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira de que goza a Universidade, por força do disposto no art. 207 da Constituição Federal;
- 2) a missão institucional da Universidade que se pauta pela perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida;
- 3) a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso democrático à Universidade Pública com diversidade socioeconômica e étnico-racial como compromisso de uma instituição social, pública, plural e de natureza laica; e, 4) o que deliberou este Conselho em sessão realizada nesta data, conforme Parecer nº.

012/CUn/2007, constante do Processo n.º 23080.008762/2007-91, RESOLVE:

Criar o "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade Federal de Santa Catarina que se regerá pelas disposições constantes desta Resolução Normativa.

TÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E VINCULAÇÃO.

Art. 1º O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade.

Art. 2º O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade a que se refere o artigo anterior destina-se aos estudantes que:

- I – tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituição de ensino pública;
- II – pertençam ao grupo racial negro, na forma prevista nesta Resolução Normativa;
- III – pertençam aos povos indígenas.

Art. 3º O "Programa de Ações Afirmativas" ficará vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

TÍTULO II

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º As ações orientadoras do "Programa de Ações Afirmativas" de que trata esta Resolução Normativa, a serem implementadas pela Universidade, são as seguintes:

- I – preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade;
- II – acesso aos cursos de graduação da Universidade;
- III – acompanhamento e permanência do aluno na Universidade;
- IV – acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade;
- V – ampliação de vagas nos cursos de graduação;
- VI – criação de cursos de graduação noturno.

CAPÍTULO II

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DA PREPARAÇÃO PARA O ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 5º As ações afirmativas de preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade a que se refere o inciso I do artigo 4º, são as seguintes:

- I – divulgação, nas escolas e nos meios de comunicação, do "Programa de Ações Afirmativas" na perspectiva de inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior;
- II – apoio às atividades de extensão da Universidade na área de ações afirmativas.
- III – oferta de Curso Pré-Vestibular, priorizando o acesso aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- IV – ampliação da oferta de vagas no Curso Pré-Vestibular da Universidade.

CAPÍTULO III

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 6º Para a implementação da ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação da

Universidade, a que se refere o inciso II do art. 4º, será destinado 30% (trinta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, que serão distribuídas da seguinte forma:

I – 20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;

II – 10% (dez por cento) para candidatos auto declarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

§ 1º Os candidatos a que se referem os incisos I e II deste artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular.

§ 2º Os candidatos que optarem pelo "Programa de Ações Afirmativas" também concorrerão às vagas pela classificação geral.

§ 3º Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso I deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes serão ocupadas por candidatos da classificação geral.

§ 4º Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso II deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por candidatos auto declarados negros, oriundos de outro percurso escolar.

§ 5º Caso as vagas remanescentes a que se refere o parágrafo anterior não venham a ser preenchidas por candidatos auto declarados negros, oriundos de outro percurso escolar, poderão ser ocupadas por candidatos da classificação geral.

Art. 7º Os candidatos classificados no vestibular para as vagas a que se refere o inciso I do art. 6º deverão comprovar, no ato de matrícula, que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

Art. 8º Os candidatos classificados no vestibular para as vagas a que se refere o inciso II do art. 6º deverão possuir fenótipos que os caracterizem na sociedade como pertencentes ao grupo racial negro.

§ 1º A comprovação da condição de pertencente ao grupo racial negro dar-se-á no ato de matrícula, mediante o preenchimento de declaração que será assinada pelo candidato.

§ 2º Os candidatos auto declarados negros classificados poderão ser submetidos à entrevista por comissão institucional criada na forma prevista nesta Resolução Normativa, que decidirá se atendem aos requisitos estabelecidos para a modalidade de vaga para a qual optaram.

Art. 9º Para a implementação do acesso aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, a que se refere o inciso III do art. 2º, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular.

§ 1º As vagas a que se refere o caput deste artigo serão criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de 2 (duas) vagas por curso.

§ 2º O número de vagas a que se refere o parágrafo anterior será alterado, a cada ano, mediante a criação de uma nova vaga, até perfazer o total de 10 vagas em 2013.

§ 3º Os candidatos a que se refere este artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular.

Art. 10. Os candidatos pertencentes aos povos indígenas que optarem por concorrer a uma vaga na forma prevista no art. 9º, deverão preencher o formulário de inscrição ao vestibular contendo informações quanto:

I – ao grupo indígena a que pertence;

II – à sua situação lingüística;

III – à descrição da sua história de vida;

IV – às expectativas em relação ao curso que deseja frequentar.

Parágrafo único. A declaração a que se refere o inciso I dar-se-á no ato de matrícula, mediante o preenchimento de declaração que será assinada pelo candidato.

Art. 11. Os candidatos declarados indígenas classificados no vestibular poderão ser submetidos à entrevista por comissão institucional criada na forma prevista nesta Resolução Normativa, que decidirá se atendem aos requisitos estabelecidos para a modalidade de vaga para a qual optaram.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACOMPANHAMENTO E PERMANENCIA NA

UNIVERSIDADE

Art. 12. As ações afirmativas de acompanhamento e permanência do aluno ingressante na Universidade de que trata o inciso III do artigo 4º, são as seguintes:

I – apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;

II – apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a:

a) criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade;

b) utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo;

c) celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência na Universidade;

III – atenção à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re)conhecimento das suas características socioculturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular uma inserção protagonista e solidária na Universidade.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACOMPANHAMENTO DA INSERÇÃO SÓCIOPROFISSIONAL DOS ALUNOS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE

Art. 13. As ações afirmativas de acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade que aderiram ao "Programa de Ações Afirmativas" serão efetuadas mediante a criação de um banco de dados com informações atualizadas desses alunos.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Para os fins de acompanhamento das ações afirmativas do "Programa de ações Afirmativas" de que trata esta Resolução Normativa, será constituída uma comissão institucional

que deverá proceder à sua avaliação e à proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados.

Parágrafo único. A comissão a que se refere este artigo, constituída por professores efetivos da

Universidade e representantes discentes indicados pelo DCE, será designada pelo Reitor.

Art. 15. As disposições desta Resolução Normativa aplicar-se-ão, no que couber aos demais alunos dos cursos de graduação da Universidade.

Art. 16. As ações afirmativas de que trata esta Resolução Normativa serão implementadas a partir do ano letivo de 2008 e avaliadas no decorrer dos 05 (cinco) anos subsequentes.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação.

Art. 18. Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação no Boletim Oficial da UFSC.

Prof. Lúcio José Botelho

ANEXO B – LEI 16.683/2007**Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado.**

O VICE-GOVERNADOR, no exercício do cargo de GOVERNADOR DO ESTADO
DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome,
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver ações de acompanhamento social em escolas da rede pública de ensino do Estado.

Parágrafo único. As ações de que trata o caput deste artigo poderão ser implantadas no âmbito de programa governamental que tenha por objetivo o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais ou o desenvolvimento social de jovens pertencentes a comunidades que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - ou vulnerabilidade social intensa, observadas as condições estabelecidas em regulamento.

Art. 2º - As ações de acompanhamento social de que trata o art.1º compreendem:

- I - realização de pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para cadastramento da população escolar;
- II - elaboração e execução de atividades com vistas a prevenir a evasão escolar, melhorar o desempenho e o rendimento do aluno, desenvolver o protagonismo juvenil e aprimorar o capital humano e social dos jovens;
- III - proposta, execução e avaliação de atividades que visem a prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo e a disseminar informações sobre doenças infecto contagiosas e demais questões de saúde pública;
- IV - proposta, execução e avaliação de atividades comunitárias de solidariedade.

Art. 3º - São diretrizes para a execução das ações de acompanhamento social:

- I - articulação entre os setores do Estado e demais entes federados, de forma a garantir a eficácia das ações;
- II - articulação com instituições privadas, notadamente as de caráter assistencial e as organizações comunitárias locais.

Art. 4º - As ações de acompanhamento, típicas de profissões regulamentadas, deverão ser exercidas por profissional legalmente habilitado.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 10 de janeiro de 2007;

219º da Inconfidência Mineira e 186º da Independência do Brasil.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Governador em exercício.